

AGENDA INSTITUCIONAL

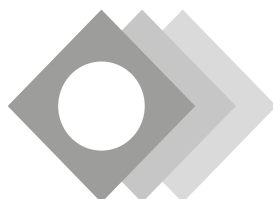
2026

Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



AMAPÁ

Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



AMAPÁ



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá - Fecomércio-AP
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Amapá | 2026

Presidente: Ladislao Pedroso Monte

Primeiro Vice-presidente: Josué Sousa Rocha

Vice-presidente: Edevaldo Xavier de Oliveira, José Arimateia de Araújo Silva, Mychael Keverson Vieira dos Santos, Idael Marques Brito, Itamar José Sarmento da Costa

Diretor Adjunto: Miguel Ângelo de Souza Martins, Josiane Marcia de Oliveira Coutinho, Orlando Maia Barros, Edenice Viana de Souza Braga, Francisco Gomes Barriga Neto

Diretor Administrativo: Marcel Ângelo Sampaio Góes

Vice-diretor Administrativo: Marco Antônio Marques Cardoso

Diretora Financeira: Maria Emília Lopes Cavalcante

Vice-diretor Financeiro: Maria Adelaide Martins de Souza Feitosa

Suplente De Diretoria: Gilmar Marra dos Santos, Cássio Fabrizzio Sousa Sobrinho, Marco Antônio de Araújo Silva, Ana Célia Melo Brazão, Erik Sandro da Cruz Rocha, Diogo Jesus Xavier Feitoza de Oliveira, Elisângela do Socorro Moraes Bastos, Naraci de Souza Costa, Valter Silva do Monte, Olavo dos Santos Almeida, Rogério Castro de Aragão, Paulo Roberto de Almeida Uchôa, Bruno da Silva Faria, Franck Elson Pelaes da Silva, Geudiandro Duarte Lima, Vanildon Veras Jucá Leal

Conselho Fiscal: Carlos José da Silva Porto, Márcio André Bragança Borges, Alfeu Adelino Dantas Júnior

Suplente Do Conselho Fiscal: José Valdenes de Oliveira, Antonia Ferreira Sullyvan, Margarete Azevedo Marques

Delegado Representante: Ladislao Pedroso Monte

Delegado Representante: Josué Sousa Rocha

Suplente De Delegado Representante: Miguel Ângelo de Souza Martins

Suplente De Delegado Representante: Marcel Ângelo Sampaio Góes

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024 | 3ª edição 2025 | 4ª edição 2026

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação (CNC)

Diagramação e Ilustração: Vivian Kilsztok Bittencourt (CNC)

Revisão: Daniel Dutra

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307

CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14

CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá

Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo: Amapá. / Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá. - Rio de Janeiro: Fecomércio Amapá, 2026.

62 p.: il. color.

1. Gestão Pública. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Amapá. I. Título.

CDD 351

Bibliotecário responsável: ~~Luisa~~ Abreu – CRB-7: 6758



Sumário

Apresentação	4
Introdução	6
Eixo 1 Desenvolvimento econômico	8
Eixo 2 Empreendedorismo e fortalecimento empresarial	16
Eixo 3 Trabalho e qualificação	22
Eixo 4 Tecnologia e transformação digital	28
Eixo 5 Desenvolvimento regional e sustentabilidade	34
Eixo 6 Segurança pública e combate à ilegalidade	46
Eixo 7 Comércio exterior	52
Governança e viabilidade	58



Apresentação

Apresentamos aos candidatos ao Governo do Estado do Amapá a Agenda Institucional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, um documento construído pela Fecomércio-AP e pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do nosso estado. Esta agenda representa a visão e as prioridades do setor produtivo que gera empregos, renda e oportunidades para milhares de amapaenses.

Mais do que um conjunto de propostas, este documento é um convite ao diálogo e à construção de soluções que fortaleçam a competitividade do Amapá, promovam a inclusão produtiva e assegurem melhores condições para quem empreende, trabalha e investe em nossa terra. Temos a convicção de que o crescimento econômico sustentável depende da união de esforços entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil.

O Amapá reúne características únicas. Somos um estado estratégico para a integração regional, guardiões de uma das maiores áreas de floresta original preservada do planeta e detentores de enorme potencial econômico em setores como comércio, turismo, serviços, bioeconomia, logística, tecnologia, e produção sustentável. Entretanto, ainda enfrentamos desafios históricos relacionados à infraestrutura, burocracia, qualificação profissional, conectividade, segurança pública e atração de investimentos.

Por essa razão, a Fecomércio-AP apresenta propostas estruturadas em eixos fundamentais para o futuro do estado. Defendemos a modernização da gestão pública e a simplificação dos processos administrativos; a criação de um ambiente favorável aos negócios; o fortalecimento do empreendedorismo; a ampliação das oportunidades de qualificação profissional; a transformação digital dos serviços públicos; a valorização do turismo como vetor de desenvolvimento; investimentos em infraestrutura logística; e ações efetivas de segurança para proteger cidadãos, trabalhadores e empreendedores.

Também acreditamos que o desenvolvimento do Amapá deve caminhar lado a lado com a sustentabilidade. A expectativa com a prospecção de petróleo e gás na Margem Equatorial é a principal nova fronteira exploratória do Brasil. A região é considerada o “novo pré-sal” e é vital para a soberania energética e renovação das reservas brasileiras, uma vez que a produção do pré-sal deve entrar em declínio nos próximos anos. Nossos recursos naturais e nossa localização estratégica precisam ser transformados em oportunidades de geração de riquezas, empregos e inovação, sempre com responsabilidade ambiental e respeito às futuras gerações.

Esta agenda foi elaborada com base em critérios técnicos, observando as necessidades reais do setor produtivo e da população amapaense. São propostas viáveis, alinhadas aos instrumentos de financiamento e às oportunidades disponíveis para a Região Norte, capazes de produzir resultados concretos para o estado nos próximos anos.

Ao entregarmos este documento aos candidatos ao Governo do Estado, reafirmamos o compromisso da Fecomércio-AP com o diálogo institucional, a defesa do empreendedorismo e a construção de políticas públicas que promovam desenvolvimento, competitividade e qualidade de vida. Esperamos que estas contribuições possam enriquecer os programas de governo e servir de referência para uma gestão comprometida com resultados e com o futuro do Amapá.

O Amapá não busca privilégios. Busca condições para crescer, gerar oportunidades e ocupar o lugar de destaque que merece no cenário nacional e internacional. Estamos prontos para colaborar com todos aqueles que compartilham desse objetivo e que acreditam no potencial transformador do trabalho, da livre iniciativa e da cooperação institucional.

Ladislao Pedroso Monte

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amapá



Introdução

Esta Agenda foi construída a partir do diálogo com lideranças de sindicatos empresariais, especialistas e representantes do setor produtivo. O documento consolida uma visão estratégica sobre os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento do estado, reunindo propostas voltadas ao fortalecimento da economia, da competitividade, da geração de empregos e da melhoria do ambiente de negócios.

Resultado de um processo colaborativo e representativo, esta Agenda reflete as demandas concretas do setor de comércio, serviços e turismo, bem como as particularidades econômicas, sociais, geográficas e ambientais que caracterizam o Amapá. Mais do que um conjunto de reivindicações setoriais, trata-se de um instrumento de planejamento e articulação institucional, elaborado com o propósito de contribuir para a formulação de políticas públicas capazes de promover crescimento sustentável, inclusão produtiva e desenvolvimento regional.

Esta edição ganha relevância especial por coincidir com o ciclo eleitoral de 2026, momento em que serão escolhidos os representantes responsáveis pela condução do Poder Executivo e do Poder Legislativo nos próximos anos. Nesse contexto, a Agenda estabelece um marco de referência para o debate público e para a construção de compromissos voltados ao futuro do estado, oferecendo subsídios técnicos para candidatos, gestores públicos e parlamentares que compartilham o objetivo de construir um Amapá mais competitivo, integrado e próspero.

Os eixos estratégicos aqui apresentados contemplam temas essenciais para o desenvolvimento estadual, como desenvolvimento econômico, empreendedorismo, qualificação profissional, transformação digital, desenvolvimento regional, sustentabilidade, segurança pública, combate à ilegalidade, comércio exterior e financiamento do desenvolvimento. As propostas foram estruturadas com foco na viabilidade de implementação, buscando identificar oportunidades concretas de execução por meio de instrumentos de financiamento, parcerias institucionais e políticas públicas alinhadas às vocações econômicas do estado.

A presente Agenda também reflete uma evolução na atuação institucional do Sistema Comércio, incorporando uma abordagem cada vez mais orientada à governança, à implementação e ao acompanhamento de resultados. O objetivo é fortalecer o diálogo qualificado entre o setor produtivo e o poder público, contribuindo para que as prioridades estratégicas do Amapá sejam incorporadas aos planos de governo, às agendas legislativas e aos programas de desenvolvimento regional ao longo do período de 2026-2030.

O Amapá reúne condições únicas para se tornar uma referência nacional em desenvolvimento sustentável, bioeconomia, integração internacional, turismo de natureza e aproveitamento responsável de seus recursos naturais. Sua posição geográfica estratégica, sua vasta biodiversidade, suas riquezas minerais, seu potencial agropecuário e sua condição de porta de entrada do Brasil para o Platô das Guianas e para a União Europeia constituem ativos de enorme valor para o futuro do estado.

Por essa razão, esta Agenda parte de uma premissa fundamental: condições adequadas para realizar plenamente suas metas. Isso significa ampliar a competitividade, reduzir entraves estruturais, fortalecer a segurança jurídica, atrair investimentos, gerar oportunidades para sua população e assegurar que o desenvolvimento econômico ocorra de forma equilibrada, sustentável e socialmente inclusiva.

Ao apresentar este documento, a Fecomércio-AP reafirma seu compromisso com a defesa do setor produtivo, com o fortalecimento das instituições democráticas e com a construção de soluções capazes de impulsionar o desenvolvimento do estado. Mais do que uma agenda setorial, esta é uma contribuição para o futuro do Amapá, orientada pela convicção de que a cooperação entre iniciativa privada, sociedade e poder público é o caminho mais seguro para promover prosperidade, inclusão e qualidade de vida para todos os amapaenses.



Eixo 1: Desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico ocupa posição central no debate sobre o futuro do Amapá. Embora o estado possua localização geográfica estratégica, abundância de recursos naturais, forte vocação para o comércio exterior e uma das maiores áreas preservadas do planeta, sua economia ainda enfrenta desafios estruturais relacionados à baixa diversificação produtiva, à limitada integração logística e à dependência de atividades de menor agregação de valor. Transformar essas potencialidades em oportunidades concretas de geração de emprego, renda e investimento exige planejamento de longo prazo, segurança jurídica e políticas públicas voltadas à competitividade.

Com população estimada em mais de 800 mil habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) próximo de R\$ 28 bilhões¹, o Amapá possui uma estrutura econômica fortemente concentrada nos setores de comércio e serviços, responsáveis por mais de 85% da atividade econômica estadual². Ao mesmo tempo, o estado reúne condições singulares para ampliar sua participação nos segmentos da mineração, da agropecuária, da pesca, da bioeconomia, da indústria de transformação e do turismo sustentável. Sua posição estratégica na Amazônia e a conexão territorial com a Guiana Francesa conferem ao Amapá vantagens competitivas raras para integração aos mercados internacionais e ao comércio transfronteiriço.

A riqueza econômica amapaense encontra-se distribuída em diferentes vocações produtivas. O estado possui reconhecido potencial mineral, com histórico de produção de ferro, ouro e caulim, além de perspectivas promissoras relacionadas à Margem Equatorial brasileira. Na agropecuária, dispõe de extensas áreas aptas à expansão sustentável da produção de grãos, pecuária e cadeias agroindustriais. Soma-se a isso a relevância da pesca, da exploração florestal sustentável, da produção de alimentos regionais e dos ativos associados à biodiversidade amazônica, que representam oportunidades para agregação de valor, industrialização e inserção em mercados de maior sofisticação econômica.

Apesar dessas características, o desenvolvimento do estado ainda é impactado por gargalos históricos relacionados à burocracia, infraestrutura logística, regularização fundiária, licenciamento ambiental, conectividade regional e acesso a investimentos produtivos. O chamado “Custo Amazônico” encarece operações empresariais, reduz a competitividade dos empreendimentos locais e dificulta a atração de novos investimentos privados. Nesse contexto, fortalecer o ambiente de negócios, simplificar processos administrativos, ampliar a segurança jurídica e estimular a modernização produtiva tornam-se medidas indispensáveis para acelerar o crescimento econômico sustentável.

A centralidade deste eixo fundamenta-se na compreensão de que o desenvolvimento econômico é o principal vetor de transformação social do estado. A geração de riqueza, quando acompanhada de inovação, inclusão produtiva e sustentabilidade, amplia a arrecadação pública, fortalece o mercado de trabalho e cria as condições necessárias para a melhoria da qualidade de vida da população. Por essa razão, as propostas apresentadas neste eixo buscam consolidar um modelo de desenvolvimento capaz de aproveitar as vantagens competitivas do Amapá, estimular o empreendedorismo, atrair investimentos, interiorizar oportunidades e posicionar o estado como um dos principais polos econômicos da Amazônia brasileira.

Reforma administrativa estadual

A eficiência da administração pública é um fator determinante para a competitividade econômica, a atração de investimentos e a geração de emprego e renda. Ambientes institucionais que oferecem maior previsibilidade, celeridade e segurança jurídica tendem a favorecer a expansão dos negócios, estimular o empreendedorismo e fortalecer a formalização das atividades econômicas.

No Amapá, o setor produtivo identifica oportunidades de aprimoramento nos processos administrativos relacionados à emissão de licenças, alvarás, autorizações e demais procedimentos de fiscalização e controle. A burocracia excessiva, a multiplicidade de etapas e a morosidade na tramitação de processos podem gerar

¹ <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

² <https://sead.portal.ap.gov.br/noticia/1411/pib-2022>

custos adicionais para empresas de todos os portes, dificultando a abertura, ampliação e regularização de empreendimentos.

A modernização dos serviços públicos, aliada à simplificação regulatória e à adoção de soluções digitais, representa uma importante estratégia para fortalecer o ambiente de negócios, ampliar a eficiência administrativa e impulsionar o desenvolvimento econômico estadual. Nesse contexto, iniciativas voltadas à desburocratização, à integração entre órgãos públicos e ao aperfeiçoamento dos processos de licenciamento e fiscalização podem contribuir para uma relação mais eficiente entre Estado e setor produtivo.

Propostas de políticas públicas:

Promover a padronização digital dos processos administrativos relacionados à atividade empresarial, por meio da implementação de sistema único que integre procedimentos de licenciamento, alvarás, autorizações e demais serviços públicos vinculados ao funcionamento das empresas;

Avançar na implementação de iniciativas de desburocratização dos serviços públicos e de modernização administrativa, alinhadas aos princípios da liberdade econômica, da eficiência regulatória e da transformação digital;

Fortalecer a atuação dos órgãos responsáveis pelos processos de fiscalização e licenciamento, com atenção especial às estruturas da Vigilância Sanitária e do licenciamento ambiental, assegurando maior capacidade operacional e celeridade na análise dos processos;

Aprimorar os procedimentos conduzidos pelo Corpo de Bombeiros Militar para análise de projetos e realização de vistorias destinadas à expedição de licenças e alvarás, mediante ampliação das equipes técnicas especializadas e adoção de mecanismos que assegurem a continuidade das análises pelas equipes responsáveis desde a avaliação inicial até a conclusão do processo;

Avaliar a ampliação da vigência dos alvarás para dois anos, associada à realização de vistorias anuais fundamentadas em critérios objetivos de conformidade, por meio de listas de verificação (checklists), de modo a conciliar eficiência administrativa e manutenção dos padrões de segurança exigidos;

Instituir uma Ouvidoria Setorial do Comércio, com a finalidade de receber demandas, identificar gargalos administrativos e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços públicos voltados ao ambiente de negócios;

Estabelecer agenda permanente de diálogo entre o poder público e as entidades representativas do setor produtivo, com reuniões periódicas para acompanhamento de demandas, avaliação de resultados e construção conjunta de soluções para o desenvolvimento econômico do estado.

Atração de investimentos

A atração de investimentos constitui um dos principais instrumentos para impulsionar o crescimento econômico, ampliar a geração de empregos e fortalecer a competitividade dos estados. Em um cenário de crescente disputa entre regiões pela instalação de novos empreendimentos, torna-se cada vez mais relevante a existência de políticas estruturadas de promoção econômica capazes de apresentar oportunidades, reduzir assimetrias de informação e facilitar o relacionamento entre investidores e o poder público.

O Amapá reúne ativos estratégicos que o posicionam como uma importante fronteira de desenvolvimento na Amazônia, incluindo sua localização geográfica, disponibilidade de recursos naturais, potencial logístico, vocação para atividades sustentáveis e acesso a instrumentos diferenciados de incentivo econômico. Entretanto, o aproveitamento pleno dessas vantagens depende da adoção de estratégias permanentes de promoção do estado como destino para novos investimentos produtivos.

Nesse contexto, destaca-se o potencial dos incentivos associados à Zona Franca Verde, instituída pela Lei n.º 11.898/2008 e regulamentada pelo Decreto n.º 8.597/2015, que representam importante instrumento para estimular a industrialização, a agregação de valor à produção regional, a diversificação econômica e a geração de emprego e renda.

O fortalecimento da capacidade institucional do estado para prospectar, atrair e acompanhar investimentos pode contribuir para ampliar a competitividade do Amapá, estimular a instalação de novos empreendimentos e consolidar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento econômico de longo prazo.

Propostas de políticas públicas:

Instituir o programa “Amapá Mais Investimentos”, com atuação voltada à promoção econômica do estado, à prospecção de oportunidades e ao apoio à atração de novos empreendimentos nos setores estratégicos da economia amapaense;

Estruturar uma agência de promoção de investimentos responsável por articular investidores, setor produtivo e órgãos governamentais, oferecendo informações qualificadas e apoio institucional para implantação e expansão de negócios no estado;

Desenvolver e manter atualizado um portfólio estadual de áreas industriais, comerciais e logísticas aptas à recepção de novos investimentos, conferindo maior transparência e previsibilidade aos potenciais investidores;

Intensificar a divulgação das oportunidades econômicas do Amapá em âmbito nacional e internacional, destacando suas vantagens competitivas e os instrumentos de incentivo disponíveis para atividades produtivas;

Ampliar a utilização dos mecanismos previstos na Zona Franca Verde, aproveitando os incentivos instituídos pela Lei n.º 11.898/2008 e pelo Decreto n.º 8.597/2015 como ferramenta de estímulo à atração de investimentos, agregação de valor à produção regional e fortalecimento da economia local;

Promover a integração entre as políticas de atração de investimentos, desenvolvimento regional, infraestrutura e qualificação profissional, de modo a potencializar os impactos econômicos e sociais dos novos empreendimentos instalados no estado.

Fortalecimento do setor produtivo

O fortalecimento do setor produtivo local é um componente essencial para a construção de uma economia mais dinâmica, resiliente e capaz de gerar oportunidades em todas as regiões do estado. Além da atração de novos investimentos, o desenvolvimento econômico sustentável depende da valorização das empresas já estabelecidas, da ampliação dos mercados para os produtos regionais e do fortalecimento das cadeias produtivas que movimentam a economia amapaense.

Nesse contexto, as compras governamentais representam um importante instrumento de política pública para estimular a atividade econômica local, promover a geração de emprego e renda e incentivar a agregação de valor à produção regional. Quando alinhado às estratégias de desenvolvimento econômico, o poder de compra do Estado pode contribuir para ampliar oportunidades para empresas locais, fortalecer arranjos produtivos regionais e incentivar o crescimento de setores com elevado potencial econômico.

O Amapá possui produtos reconhecidos por sua relevância econômica, social e cultural, como o açaí, a mandioca e o cacau produzido na região do Cassiporé, no município de Oiapoque, que integram cadeias produtivas capazes de gerar desenvolvimento, renda e inclusão econômica em diferentes territórios do estado. O fortalecimento desses segmentos contribui não apenas para a dinamização da economia local, mas também para a valorização da produção regional e da identidade econômica amapaense.

Propostas de políticas públicas:

Instituir programa de compras governamentais voltado ao fortalecimento da economia local, ampliando a participação de empresas amapaenses nos processos de contratação realizados pela administração pública estadual;

Estabelecer mecanismos de incentivo à aquisição de bens e serviços fornecidos por empresas sediadas no estado, observados os princípios da legalidade, da competitividade e da eficiência administrativa;

Promover a inclusão de percentual mínimo de produtos regionais nas aquisições governamentais sempre que compatível com o objeto contratado, valorizando cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento do estado, com destaque para produtos como açaí, mandioca e cacau da região do Cassiporé (comunidade no município do Oiapoque);

Estimular a integração entre as políticas de compras públicas e as estratégias de fortalecimento das cadeias produtivas regionais, ampliando oportunidades para produtores, empreendedores e empresas locais;

Avaliar mecanismos que evitem a incidência de tributação em duplicidade sobre produtos e serviços adquiridos ou prestados no Estado do Amapá por empresas regularmente instaladas e que já realizem o recolhimento dos tributos devidos no território estadual, contribuindo para maior racionalidade tributária e competitividade das empresas locais nas contratações públicas.

Interiorização do desenvolvimento

A promoção do desenvolvimento econômico de forma equilibrada entre os municípios é um importante desafio para o fortalecimento da economia amapaense. A ampliação das oportunidades de investimento, geração de emprego e oferta de serviços fora dos principais centros urbanos contribui para dinamizar as economias locais, fortalecer cadeias produtivas regionais e ampliar a qualidade de vida da população.

O Amapá possui municípios com relevante potencial econômico e localização estratégica, como Oiapoque, Calçoene, Laranjal do Jari e Mazagão, que podem desempenhar papel ainda mais significativo no desenvolvimento estadual. Entretanto, o pleno aproveitamento dessas oportunidades depende da ampliação da infraestrutura econômica, da conectividade e da melhoria das condições para instalação e expansão de atividades empresariais.

Nesse contexto, a interiorização do desenvolvimento deve ser compreendida como uma estratégia de fortalecimento dos territórios, promovendo maior integração econômica entre as regiões do estado e criando condições para que o comércio, os serviços e o turismo ampliem sua presença nos municípios do interior.

Propostas de políticas públicas:

Promover a instalação de centros comerciais e de serviços nos municípios de Oiapoque, Calçoene, Laranjal do Jari e Mazagão, ampliando a oferta de infraestrutura econômica capaz de estimular a atividade empresarial, a geração de empregos e a circulação de renda nessas localidades;

Priorizar investimentos em infraestrutura básica necessária ao funcionamento e expansão das atividades produtivas, incluindo serviços urbanos, energia, saneamento e equipamentos públicos de apoio ao desenvolvimento econômico;

Fortalecer a conectividade física e digital entre os municípios, criando condições mais favoráveis para a integração dos mercados regionais, a circulação de mercadorias e a prestação de serviços;

Apoiar a conclusão de terminais logísticos, bem como de rodovias estaduais e federais estratégicas para a integração econômica do estado, ampliando a competitividade dos municípios do interior e reduzindo barreiras ao desenvolvimento regional;

Integrar as políticas de infraestrutura, desenvolvimento regional e fortalecimento empresarial, de modo a estimular a formação de novos polos de comércio e serviços em diferentes regiões do Amapá.

Fortalecimento de cadeias produtivas

O fortalecimento das cadeias produtivas locais representa uma importante estratégia para ampliar a geração de emprego, renda e oportunidades econômicas no Amapá. O estímulo à produção, ao processamento e à comercialização de produtos com potencial de crescimento contribui para agregar valor à economia estadual, fortalecer o setor produtivo e ampliar a participação de empreendedores locais nos mercados regionais e nacionais.

Nesse contexto, atividades como a bubalinocultura, a piscicultura e a avicultura possuem potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico em diferentes regiões do estado, especialmente quando associadas ao fortalecimento da produção de insumos, ao processamento industrial e à ampliação dos canais de comercialização.

Propostas de políticas públicas:

Apoiar o desenvolvimento das cadeias produtivas da bubalinocultura, piscicultura e avicultura, promovendo condições favoráveis para ampliação da produção, produtividade e competitividade desses segmentos;

Incentivar a produção e utilização de farelo de grãos como insumo estratégico para o fortalecimento das atividades de bubalinocultura, piscicultura e avicultura, contribuindo para maior integração das cadeias produtivas e redução dos custos de produção;

Estimular investimentos voltados à industrialização da produção agropecuária local, ampliando a agregação de valor aos produtos originados no estado.

Apoiar a implantação e expansão de iniciativas voltadas à industrialização do leite de búfala e seus derivados, fortalecendo uma atividade com forte potencial econômico e contribuindo para a diversificação da economia amapaense;

Promover a integração entre produtores, indústria, comércio e serviços, fortalecendo os encadeamentos econômicos e ampliando oportunidades de geração de renda em diferentes regiões do estado.

Ampliação das ZPEs e ALCs

A utilização de regimes econômicos diferenciados constitui importante instrumento para estimular investimentos, ampliar a competitividade empresarial e promover o desenvolvimento regional. No Amapá, a localização estratégica do município de Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, cria oportunidades para o fortalecimento das atividades produtivas, comerciais e logísticas voltadas aos mercados nacional e internacional.

Nesse contexto, a ampliação dos mecanismos de incentivo econômico e facilitação comercial pode contribuir para a atração de novos empreendimentos, a geração de empregos e o fortalecimento da integração econômica do estado com outros mercados.

Propostas de políticas públicas:

Promover a ampliação territorial da Área de Livre Comércio (ALC) de Macapá e Santana para o município de Oiapoque, ampliando o alcance dos incentivos destinados ao fortalecimento das atividades econômicas na região;

Apoiar a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Oiapoque, criando condições favoráveis para a instalação de empreendimentos voltados à industrialização, agregação de valor e exportação de produtos;

Estabelecer regime tributário especial capaz de estimular novos investimentos produtivos, fortalecer a competitividade empresarial e ampliar a inserção econômica do município nos fluxos comerciais nacionais e internacionais;

Promover medidas de desburocratização alfandegária que contribuam para maior eficiência logística, redução de custos operacionais e facilitação das operações de comércio exterior;

Integrar as políticas de desenvolvimento regional, comércio exterior e infraestrutura logística, potencializando as vantagens competitivas do município de Oiapoque como porta de entrada e saída de mercadorias na fronteira norte do Brasil;

Apoio à modelagem de PPPs (Parcerias Público-Privadas) para crescimento do Porto de Santana, para construção do Centro de Convenções Internacionais do Meio do Mundo e para a rede de armazéns da CEASA, com garantia do Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE (administrado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF), de natureza privada, administrado e gerido pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).

Dinamização econômica dos territórios

A dinamização econômica dos territórios depende não apenas da criação de novas oportunidades de investimento, mas também do aproveitamento eficiente das estruturas já existentes. A recuperação de áreas com potencial produtivo e a ampliação de sua ocupação por empreendimentos geradores de emprego e renda contribuem para fortalecer a atividade econômica, estimular novos negócios e ampliar a competitividade regional.

Nesse contexto, o Distrito Industrial de Macapá-Santana representa um importante ativo estratégico para o desenvolvimento econômico do Amapá, reunindo condições favoráveis para a instalação e expansão de atividades produtivas voltadas ao processamento e agregação de valor aos recursos regionais.

Propostas de políticas públicas:

Promover a revitalização do Distrito Industrial de Macapá-Santana, fortalecendo sua capacidade de atrair investimentos e impulsionar atividades produtivas estratégicas para a economia amapaense;

Estimular a ocupação de áreas ociosas existentes no Distrito Industrial por empresas capazes de gerar emprego, renda e agregação de valor à produção local;

Priorizar a instalação e expansão de empreendimentos voltados ao beneficiamento de pescado, madeira e castanha, fortalecendo cadeias produtivas com relevância econômica para o estado;

Apoiar melhorias de infraestrutura e serviços necessários ao funcionamento das empresas instaladas no Distrito Industrial, ampliando sua competitividade e capacidade de atração de novos empreendimentos;

Integrar as ações de revitalização do Distrito Industrial às estratégias estaduais de desenvolvimento econômico, fortalecimento produtivo e atração de investimentos.

Valorização das potencialidades econômicas do Amapá

O Amapá reúne importantes ativos econômicos capazes de impulsionar o desenvolvimento, atrair investimentos e ampliar a geração de emprego e renda. A diversidade de vocações produtivas do estado representa uma oportunidade para promover um modelo de crescimento baseado no aproveitamento sustentável dos recursos naturais, na agregação de valor à produção local e na ampliação da competitividade dos setores econômicos estratégicos.

Entre outros temas de alta relevância, a Fecomércio-AP defende a prospecção responsável de petróleo na costa marítima do Amapá (Margem Equatorial) como política de soberania energética e redução do preço dos combustíveis. A Federação defende a criação do Comitê Técnico Ambiental Permanente com participação da sociedade civil e empresas, uso do Fundo Amazônia para compensação ambiental e aplicação de royalties em infraestrutura portuária e qualificação profissional.

Nesse contexto, o fortalecimento de atividades já consolidadas e o estímulo a segmentos em expansão podem contribuir para diversificar a economia amapaense, ampliar oportunidades de negócios e fortalecer o desenvolvimento regional.

Propostas de políticas públicas:

Promover políticas de incentivo ao aproveitamento responsável do potencial mineral do estado, estimulando investimentos, geração de empregos e agregação de valor às atividades relacionadas ao setor de mineração;

Apoiar o desenvolvimento das atividades ligadas ao potencial petrolífero do Amapá, observando princípios de sustentabilidade, segurança jurídica e geração de benefícios econômicos para o estado;

Regularização fundiária e da agroindústria por meio da estruturação de projeto integrado com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para legalização de terras, irrigação e construção de uma Central de Abastecimento (Ceasa) estadual privada, com foco em agricultura familiar e produção de grãos (soja, milho, arroz etc.) no cerrado amapaense;

Incentivar a modernização e a qualificação do setor madeireiro, promovendo o aperfeiçoamento dos processos de manejo e extração, bem como a industrialização da madeira e a agregação de valor aos produtos originados no estado;

Apoiar o desenvolvimento da pesca como atividade estratégica para a economia amapaense, estimulando melhorias na produção, beneficiamento, comercialização e competitividade do setor.



Eixo 2: Empreendedorismo e fortalecimento empresarial

O empreendedorismo desempenha papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do Amapá. Em um estado marcado por desafios estruturais de geração de emprego formal, os pequenos negócios representam importante instrumento de inclusão produtiva, geração de renda e dinamização das economias locais. Da capital aos municípios do interior, milhares de empreendedores movimentam os setores de comércio, serviços, turismo, economia criativa, agricultura familiar e bioeconomia, contribuindo diretamente para o fortalecimento do mercado interno e para a diversificação da atividade econômica estadual.

Nos últimos anos, o Amapá tem registrado avanços significativos na formalização e no fortalecimento dos pequenos negócios. Atualmente, o estado possui mais de 47 mil Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte, que constituem a base da economia local e representam um importante vetor de geração de oportunidades para a população. Além disso, temas como acesso a crédito, inovação, transformação digital, qualificação empresarial e ampliação de mercados vêm ganhando protagonismo nas discussões sobre o desenvolvimento regional, refletindo a crescente relevância do empreendedorismo na agenda econômica amapaense.

Apesar desses dados, empreendedores locais ainda enfrentam obstáculos relacionados à burocracia, à dificuldade de acesso a financiamento, à baixa capacitação gerencial e à limitada inserção em mercados mais amplos. Em muitos municípios, especialmente no interior do estado, pequenos negócios operam em condições desafiadoras, com restrições de infraestrutura, conectividade e acesso a serviços especializados de gestão e inovação. Superar essas barreiras é fundamental para ampliar a competitividade das empresas locais e estimular a geração sustentável de emprego e renda.

A centralidade deste eixo fundamenta-se na compreensão de que o fortalecimento empresarial é uma das formas mais eficazes de promover desenvolvimento econômico de base ampla e duradoura. Apoiar empreendedores significa estimular a criação de novos negócios, fortalecer empresas já estabelecidas, incentivar a formalização, ampliar a arrecadação tributária e criar oportunidades de ascensão econômica para milhares de famílias amapaenses. Trata-se de uma estratégia capaz de impulsionar simultaneamente o crescimento econômico, a inclusão produtiva e a redução das desigualdades regionais.

Nesse contexto, o presente eixo propõe um conjunto de iniciativas voltadas ao fortalecimento do ambiente empreendedor, à ampliação do acesso ao crédito, à qualificação empresarial, ao incentivo à inovação e ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais. As propostas buscam consolidar um ecossistema favorável ao surgimento e à expansão de negócios competitivos, capazes de gerar riqueza, empregos e oportunidades em todas as regiões do estado, contribuindo para construir uma economia mais dinâmica, diversificada e sustentável.

Empreendedorismo feminino

O empreendedorismo feminino desempenha papel cada vez mais relevante na geração de renda, criação de negócios e dinamização da economia local. O fortalecimento das mulheres empreendedoras contribui para ampliar oportunidades econômicas, estimular a inclusão produtiva e fortalecer a sustentabilidade dos pequenos negócios em diferentes segmentos do comércio, dos serviços e do turismo.

Nesse contexto, a ampliação do acesso ao crédito e à qualificação gerencial representa importante instrumento para apoiar a criação, consolidação e expansão de empreendimentos liderados por mulheres no estado.

Propostas de políticas públicas:

Instituir o Programa Credita Mulher Amapá, destinado a ampliar o acesso ao crédito para mulheres empreendedoras, por meio da disponibilização de linha de financiamento de até R\$ 20 mil por beneficiária, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);

Integrar as ações de crédito orientado a iniciativas de capacitação empresarial, contribuindo para o fortalecimento da gestão dos empreendimentos e para a ampliação de sua competitividade;

Promover programas de formação em gestão empresarial e marketing digital, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), visando apoiar mulheres empreendedoras na estruturação, modernização e expansão de seus negócios;

Estimular a inclusão das empreendedoras em ambientes de capacitação, inovação e desenvolvimento empresarial, ampliando oportunidades de crescimento econômico e geração de renda.

Capacitação gerencial para empreendedores

A gestão eficiente dos negócios é um dos principais fatores para a sustentabilidade e o crescimento das empresas. Para micro e pequenos empreendedores, o acesso à orientação técnica e ferramentas de gestão pode contribuir para a melhoria dos resultados, aumento da competitividade e tomada de decisões mais seguras em um ambiente econômico cada vez mais dinâmico.

Nesse contexto, iniciativas voltadas ao fortalecimento da gestão empresarial representam importante instrumento para apoiar o desenvolvimento dos pequenos negócios e ampliar sua capacidade de geração de emprego e renda.

Propostas de políticas públicas:

Instituir o Programa Gestão na Ponta, com o objetivo de oferecer consultoria gratuita para micro e pequenos negócios em todo o estado;

Promover a atuação conjunta do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Senac na oferta de orientação técnica e acompanhamento empresarial voltados ao fortalecimento da gestão dos empreendimentos;

Priorizar ações de consultoria focadas em fluxo de caixa, precificação, planejamento financeiro e organização gerencial, contribuindo para maior sustentabilidade dos negócios;

Ampliar o acesso dos empreendedores a ferramentas e conhecimentos que favoreçam a melhoria da produtividade, da competitividade e da gestão empresarial;

Estimular a interiorização das ações do programa, assegurando que empreendedores de diferentes municípios do Amapá tenham acesso aos serviços de capacitação e consultoria.

Apoio a startups e novos negócios

O fortalecimento dos ecossistemas de inovação tem se consolidado como importante estratégia para estimular o empreendedorismo, atrair talentos e ampliar a competitividade econômica dos territórios. A criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento de startups e negócios inovadores contribui para a geração de soluções tecnológicas, diversificação da economia e formação de novas oportunidades para empreendedores.

Nesse contexto, o incentivo à inovação, ao acesso a financiamento e ao desenvolvimento de competências empreendedoras representa um importante instrumento para apoiar a criação e o crescimento de novos negócios no Amapá.

Propostas de políticas públicas:

Promover a instalação de um Parque Tecnológico em Macapá, destinado a apoiar o desenvolvimento de startups, empreendedores e negócios inovadores;

Estruturar espaços de coworking e ambientes colaborativos que favoreçam a troca de conhecimento, a inovação e o desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas às demandas do mercado;

Ampliar o acesso ao capital semente para startups e novos negócios, contribuindo para viabilizar os primeiros aportes financeiros necessários ao desenvolvimento de projetos inovadores;

Fortalecer programas de mentoria empresarial e acompanhamento técnico para empreendedores em fase de criação ou expansão de negócios inovadores;

Estimular a atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) no apoio a iniciativas de inovação, pesquisa aplicada e empreendedorismo tecnológico no estado;

Promover a integração entre instituições de ensino, pesquisa, setor produtivo e governo, fortalecendo o ecossistema de inovação e ampliando as oportunidades para o desenvolvimento de startups no Amapá.

Formalização empresarial

A formalização dos negócios representa um importante instrumento para ampliar a inclusão produtiva, fortalecer a atividade econômica e expandir o acesso dos empreendedores a crédito, capacitação, mercados e políticas públicas. A adoção de mecanismos simplificados de formalização contribui para reduzir barreiras de entrada, estimular o empreendedorismo e promover maior segurança para trabalhadores autônomos e pequenos negócios.

Nesse contexto, iniciativas que aliem orientação, capacitação e simplificação dos procedimentos podem favorecer a transição para a formalidade e fortalecer a cultura empreendedora no estado.

Propostas de políticas públicas:

Instituir o Programa de Impulso à Formalização e Cidadania Empresarial, com o objetivo de promover a formalização gratuita e simplificada de trabalhadores autônomos e pequenos negócios em todo o estado;

Desenvolver ações de orientação e apoio aos empreendedores durante o processo de formalização, ampliando o acesso às informações necessárias para a regularização das atividades econômicas;

Oferecer oficinas e capacitações voltadas à gestão financeira, contribuindo para o fortalecimento da sustentabilidade e da organização dos empreendimentos formalizados;

Promover ações de educação empreendedora que incentivem a adoção de boas práticas de gestão e planejamento dos negócios;

Apoiar a transição segura para o regime de Microempreendedor Individual (MEI), ampliando o acesso dos empreendedores aos benefícios, direitos e oportunidades associados à formalização empresarial;

Integrar as ações de formalização às políticas de capacitação, desenvolvimento empresarial e inclusão produtiva, fortalecendo a geração de renda e a sustentabilidade dos pequenos negócios.

Fortalecimento de empreendedores locais

O fortalecimento dos empreendedores locais passa pela ampliação das oportunidades de acesso a mercados e pela criação de condições que permitam maior competitividade das empresas amapaenses. Nesse contexto, as contratações públicas representam um importante instrumento de desenvolvimento econômico, capaz de estimular a atividade empresarial, promover a geração de emprego e renda e fortalecer a circulação de recursos dentro do próprio estado.

Além da ampliação das oportunidades de participação nas compras governamentais, é fundamental fortalecer a capacidade técnica dos empreendedores para atuação nos processos licitatórios, ampliando o conhecimento sobre procedimentos, requisitos e oportunidades existentes.

Propostas de políticas públicas:

Estabelecer mecanismos de preferência para empresas locais nas licitações estaduais, observados os critérios e limites previstos na legislação vigente, com o objetivo de fortalecer o empreendedorismo e estimular o desenvolvimento econômico regional;

Ampliar a participação de empresas amapaenses nos processos de compras governamentais, promovendo maior integração entre o setor público e os empreendedores locais;

Desenvolver programas de capacitação em licitação pública voltados a micro, pequenas e médias empresas, ampliando o conhecimento sobre procedimentos, documentação, oportunidades e mecanismos de contratação governamental;

Promover ações de orientação técnica para auxiliar empreendedores na preparação e habilitação para participação em processos licitatórios;

Integrar as políticas de compras públicas às estratégias de fortalecimento empresarial, ampliando oportunidades de mercado para empresas sediadas no estado.

Apoio a arranjos produtivos regionais

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) constituem importantes instrumentos de desenvolvimento regional, reunindo empresas, produtores, cooperativas, instituições de ensino, entidades de apoio e órgãos públicos em torno de atividades econômicas comuns. A cooperação entre esses atores contribui para ampliar a competitividade, fortalecer cadeias produtivas e promover maior agregação de valor à produção local.

No Amapá, produtos como o açaí, a mandioca e o pescado possuem relevância econômica, social e cultural, além de grande potencial para geração de emprego, renda e desenvolvimento em diferentes regiões do estado. O fortalecimento dessas cadeias produtivas pode contribuir para ampliar oportunidades econômicas e estimular a integração entre produção, beneficiamento e comercialização.

Propostas de políticas públicas:

Promover a criação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) voltados às cadeias produtivas do açaí, da mandioca e do pescado, fortalecendo a cooperação entre empresas, produtores, cooperativas, instituições de pesquisa e entidades de apoio ao desenvolvimento empresarial;

Apoiar a implantação de centros de beneficiamento destinados à agregação de valor aos produtos regionais, ampliando oportunidades de industrialização, comercialização e acesso a novos mercados;

Estimular a integração entre os diferentes elos das cadeias produtivas, promovendo maior eficiência econômica e fortalecimento dos empreendimentos locais;

Desenvolver soluções logísticas que contribuam para o escoamento da produção e para a competitividade dos produtos amapaenses;

Implementar sistemas de logística reversa de resíduos associados às cadeias produtivas do açaí, da mandioca e do pescado, promovendo o aproveitamento sustentável dos subprodutos e incentivando práticas alinhadas à economia circular;

Integrar as ações dos APLs às políticas estaduais de desenvolvimento econômico, empreendedorismo, inovação e sustentabilidade.



Eixo 3: Trabalho e qualificação

O fortalecimento do mercado de trabalho e da qualificação profissional constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Amapá. Em um cenário de transformação econômica, expansão do setor de serviços, crescimento do turismo, fortalecimento das atividades logísticas e perspectivas de novos investimentos em áreas como bioeconomia, comércio exterior, mineração e energia, torna-se indispensável preparar a população para aproveitar as oportunidades que emergem no estado. O desenvolvimento econômico somente produz resultados duradouros quando acompanhado da formação de capital humano capaz de atender às demandas do mercado e impulsionar ganhos de produtividade.

Nos últimos anos, o Amapá apresentou avanços importantes nos indicadores de emprego. Dados do Novo Caged mostram que o estado gerou mais de 8 mil empregos formais em 2025³, com destaque para os setores de serviços e comércio, responsáveis pela maior parte das novas vagas criadas. Os jovens entre 18 e 24 anos figuraram entre os principais beneficiados pela expansão do mercado de trabalho formal. Além disso, segundo dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE⁴, o Amapá registrou em 2025 a menor taxa anual de desemprego desde o início da série histórica, alcançando 7,9%, resultado que demonstra a capacidade de crescimento da economia estadual quando associada à geração de oportunidades produtivas.

Apesar dos avanços observados, persistem desafios relevantes relacionados à qualificação da força de trabalho, especialmente em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional. A expansão das atividades ligadas ao turismo, comércio exterior, tecnologia, logística, serviços empresariais e economia da sociobiodiversidade exige profissionais cada vez mais preparados, com competências técnicas, domínio de ferramentas digitais e capacidade de adaptação às novas exigências produtivas. Em diversas regiões do estado, sobretudo nos municípios do interior, ainda existem dificuldades de acesso à educação profissional, à formação continuada e a oportunidades de inserção no mercado formal.

Nesse contexto, instituições como o Senac, o Instituto Federal do Amapá (IFAP), os centros estaduais de educação profissional e as universidades desempenham papel estratégico na construção de uma política permanente de formação para o trabalho. A ampliação da oferta de cursos técnicos, profissionalizantes e de qualificação voltados às vocações econômicas do estado representa um investimento direto na competitividade das empresas e na empregabilidade dos trabalhadores. Iniciativas recentes de capacitação profissional e inclusão produtiva desenvolvidas no estado demonstram a importância da articulação entre poder público, setor produtivo e instituições de ensino para ampliar oportunidades, especialmente entre jovens e públicos em situação de maior vulnerabilidade.

A centralidade deste eixo fundamenta-se na compreensão de que a qualificação profissional é o elo que conecta desenvolvimento econômico e inclusão social. Investir na formação de trabalhadores significa ampliar a produtividade, reduzir desigualdades, estimular o empreendedorismo e criar condições para que os próprios amapaenses ocupem os empregos gerados pelos novos investimentos públicos e privados. Ao mesmo tempo, fortalece a competitividade das empresas locais, melhora a qualidade dos serviços ofertados e contribui para a retenção de talentos no estado.

Por essa razão, as propostas apresentadas neste eixo buscam fortalecer a educação profissional e tecnológica, ampliar a inserção produtiva de jovens, incentivar a formação em idiomas voltada ao turismo e ao comércio internacional, promover a capacitação continuada dos trabalhadores e estimular mecanismos de aproximação entre empresas e profissionais qualificados. Trata-se de uma agenda voltada à construção de um mercado de trabalho mais dinâmico e preparado para responder aos desafios e oportunidades do desenvolvimento econômico do Amapá.

³ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/numeros-do-novo-caged-em-2025/caged-em-2025/amapa-gerou-mais-de-8-mil-empregos-com-carteira-assinada-em-2025>

⁴ <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/amapa-registra-em-2025-menor-taxa-anual-de-desemprego-da-serie-historica/>

Fortalecimento da educação profissional e tecnológica

A qualificação profissional é um dos principais instrumentos para ampliar oportunidades de emprego, elevar a produtividade e atender às demandas dos setores econômicos em expansão. O fortalecimento da educação profissional e tecnológica contribui para aproximar a formação dos trabalhadores das necessidades do mercado, favorecendo a geração de renda e o desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, a ampliação da oferta de cursos técnicos alinhados às vocações econômicas do estado representa uma estratégia importante para preparar profissionais aptos a atuar em atividades com potencial de crescimento no Amapá.

Propostas de políticas públicas:

Promover a expansão das unidades e da oferta de cursos do Senac e do Instituto Federal do Amapá (IFAP), ampliando o acesso da população à educação profissional e tecnológica.

Priorizar a oferta de cursos técnicos em gestão comercial, logística, turismo e tecnologia da informação, considerando a relevância desses setores para o desenvolvimento econômico estadual.

Incentivar a construção de currículos e programas de formação alinhados à realidade do mercado de trabalho local, aproximando a qualificação profissional das demandas efetivas das empresas.

Estimular parcerias entre instituições de ensino, setor produtivo e poder público para identificação de competências estratégicas e atualização permanente da oferta educacional.

Ampliar oportunidades de formação profissional voltadas à inserção e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho, contribuindo para o fortalecimento da empregabilidade e da competitividade econômica do estado.

Inserção produtiva de jovens

A inserção de jovens no mercado de trabalho constitui um importante desafio para o desenvolvimento econômico e social. A ampliação das oportunidades de qualificação e da experiência profissional nos primeiros anos da vida laboral contribui para fortalecer a empregabilidade, estimular a permanência dos jovens em atividades formais e atender às demandas de mão de obra dos setores produtivos.

Nesse contexto, iniciativas que promovam a aproximação entre empresas, instituições de ensino e jovens trabalhadores podem contribuir para a formação de profissionais mais preparados para as necessidades do mercado de trabalho local.

Propostas de políticas públicas:

Instituir o Programa “Jovem Aprendiz do Comércio”, voltado à ampliação das oportunidades de inserção de jovens no mercado de trabalho por meio da aprendizagem profissional e da qualificação alinhada às demandas empresariais.

Promover a atuação conjunta de sindicatos patronais, empresas associadas e instituições de formação profissional para ampliar a oferta de vagas de aprendizagem e capacitação.

Implementar mecanismos de subsídio salarial e/ou redução das despesas de contratação, incentivando a participação das empresas no programa e ampliando as oportunidades para jovens em busca do primeiro emprego.

Integrar a experiência prática nas empresas a ações de capacitação profissional, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais exigidas pelo mercado de trabalho.

Estimular a formação de talentos para os setores de comércio, serviços e turismo, fortalecendo a empregabilidade juvenil e contribuindo para a renovação da força de trabalho no estado.

Qualificação alinhada às vocações regionais

A qualificação profissional produz melhores resultados quando está alinhada às características econômicas e às oportunidades estratégicas de cada território. No caso do Amapá, sua localização geográfica e seu potencial de integração com mercados e destinos internacionais criam oportunidades para o fortalecimento do turismo, dos serviços e das atividades relacionadas à cooperação regional.

Nesse contexto, o desenvolvimento de competências linguísticas representa um importante diferencial para ampliar a empregabilidade dos trabalhadores, qualificar o atendimento ao visitante e fortalecer a inserção do estado em iniciativas de integração econômica, turística e cultural.

Propostas de políticas públicas:

Desenvolver programas de formação direcionados aos profissionais dos setores de comércio, serviços e turismo, fortalecendo a capacidade de atendimento ao turista e a competitividade dos empreendimentos locais.

Promover ações de qualificação alinhadas às oportunidades de integração e intercâmbio com o Caribe e o Platô das Guianas, preparando trabalhadores para atuar em um contexto de maior conexão regional e internacional.

Estimular parcerias entre instituições de ensino, entidades empresariais e organizações de apoio à qualificação profissional para ampliar o acesso da população aos cursos de idiomas.

Integrar a formação linguística às estratégias estaduais de desenvolvimento do turismo, comércio exterior e cooperação internacional.

Formação em idiomas

A crescente integração econômica, turística e comercial do Amapá com mercados internacionais amplia a demanda por profissionais capacitados para atuar em ambientes multiculturais e em contextos de relacionamento empresarial. Nesse cenário, o domínio de idiomas estrangeiros constitui uma importante ferramenta para ampliar a empregabilidade, qualificar o atendimento e fortalecer a competitividade dos setores de comércio, serviços e turismo.

Além da comunicação cotidiana, a formação linguística voltada ao ambiente de negócios pode contribuir para aprimorar negociações, estabelecer parcerias comerciais e ampliar oportunidades de integração econômica regional e internacional.

Propostas de políticas públicas:

Ampliar a formação em idiomas (francês, espanhol, inglês) através da criação de um programa estadual, que pode ser nominado como "Amapá Poliglota" com recursos do FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e parceria com universidades francesas (Guiana Francesa) e até com o Senac, para atendimento ao turismo e comércio de fronteira;

Estabelecer convênio entre a Fecomércio, o Senac e as secretarias estaduais competentes para oferta gratuita de cursos de idiomas destinados aos trabalhadores dos setores de comércio, serviços e turismo.

Priorizar a formação em idiomas estratégicos para a realidade regional, incluindo francês, espanhol e inglês, ampliando a capacidade de comunicação e atendimento dos profissionais.

Desenvolver cursos com conteúdo direcionado às relações comerciais, negociações empresariais, contratos e atendimento profissional, alinhando a qualificação linguística às demandas do mercado de trabalho.

Ampliar oportunidades de capacitação para trabalhadores que atuam em atividades relacionadas ao turismo, comércio internacional e atendimento ao público.

Integrar a política de formação em idiomas às estratégias estaduais de desenvolvimento econômico, turismo, qualificação profissional e fortalecimento das relações internacionais.

Capacitação continuada

A constante evolução das exigências do mercado de trabalho exige que profissionais e empresas invistam continuamente na atualização de conhecimentos e competências. O acesso a ferramentas de capacitação permanente contribui para elevar a qualidade dos serviços prestados, fortalecer a produtividade e ampliar a competitividade dos negócios.

Nesse contexto, o uso de plataformas digitais de aprendizagem representa uma oportunidade para democratizar o acesso à qualificação profissional e ampliar o alcance das ações de formação em todo o estado.

Propostas de políticas públicas:

Instituir a plataforma EAD Comércio Capacita, destinada à oferta de cursos e conteúdos voltados à atualização profissional dos trabalhadores dos setores de comércio, serviços e turismo.

Desenvolver módulos de capacitação sobre legislação, atendimento e segurança do trabalho, contemplando temas relevantes para o dia a dia das empresas e dos profissionais.

Ampliar o acesso à qualificação profissional por meio de ferramentas digitais que permitam flexibilidade de horários e alcance em diferentes municípios do estado.

Disponibilizar conteúdos alinhados às necessidades do mercado de trabalho e às demandas dos setores produtivos, promovendo a atualização contínua dos trabalhadores.

Estimular a cultura da aprendizagem permanente como instrumento de fortalecimento da empregabilidade, da produtividade e da competitividade empresarial.

Inclusão produtiva de públicos vulneráveis

A ampliação do acesso ao mercado de trabalho para diferentes perfis de trabalhadores contribui para fortalecer a inclusão produtiva, ampliar oportunidades de geração de renda e promover o aproveitamento de talentos e experiências profissionais. Políticas voltadas à inserção laboral de grupos com maiores dificuldades de acesso ao emprego formal podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico, beneficiando trabalhadores, empresas e a sociedade como um todo.

Nesse contexto, iniciativas que estimulem a contratação e a qualificação profissional representam instrumentos importantes para ampliar oportunidades e fortalecer a participação desses públicos no mercado de trabalho.

Propostas de políticas públicas:

Instituir programa facultativo de primeira oportunidade profissional destinado a egressos do sistema socioeducativo e trabalhadores com mais de 40 anos, ampliando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal.

Promover ações de qualificação profissional e desenvolvimento de competências alinhadas às demandas dos setores de comércio, serviços e turismo.

Estimular a participação voluntária das empresas no programa, por meio de mecanismos de apoio e incentivo à contratação dos públicos contemplados.

Desenvolver ações de acompanhamento e orientação profissional que favoreçam a adaptação e permanência dos participantes nas atividades laborais.

Integrar as iniciativas de inclusão produtiva às políticas estaduais de qualificação profissional, empregabilidade e desenvolvimento econômico.

Fortalecimento da empregabilidade local

A qualificação profissional produz resultados mais efetivos quando acompanhada de mecanismos capazes de aproximar trabalhadores e oportunidades de emprego. O fortalecimento da conexão entre empresas e profissionais qualificados contribui para reduzir dificuldades de recrutamento, ampliar a empregabilidade e tornar mais eficiente o funcionamento do mercado de trabalho.

Nesse contexto, a utilização de ferramentas de intermediação de mão de obra pode facilitar o encontro entre as demandas do setor produtivo e os trabalhadores em busca de inserção ou recolocação profissional.

Propostas de políticas públicas:

Instituir o Banco de Talentos Setorial do Comércio, destinado a conectar empresas dos setores de comércio, serviços e turismo a profissionais qualificados e em busca de oportunidades de trabalho.

Promover a integração do Banco de Talentos com as ações desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), ampliando o alcance das oportunidades de recrutamento e seleção.

Facilitar o acesso das empresas a informações sobre profissionais qualificados, contribuindo para maior agilidade nos processos de contratação.

Ampliar a divulgação de vagas e oportunidades de emprego para trabalhadores capacitados, fortalecendo os mecanismos de inserção e recolocação profissional.

Integrar as ações de intermediação de mão de obra às políticas estaduais de qualificação profissional e empregabilidade, fortalecendo a conexão entre formação e mercado de trabalho.



Eixo 4: Tecnologia e transformação digital

A transformação digital tornou-se um dos principais vetores de desenvolvimento econômico e modernização institucional no século XXI. Para o Amapá, estado marcado por grandes distâncias geográficas, desafios logísticos e forte necessidade de integração regional, a tecnologia representa uma oportunidade estratégica para superar barreiras históricas, ampliar a competitividade das empresas, melhorar a prestação dos serviços públicos e democratizar o acesso ao conhecimento e às oportunidades econômicas.

Nos últimos anos, o avanço da conectividade e da digitalização tem transformado profundamente a forma como governos, empresas e cidadãos se relacionam. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua TIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 90% dos domicílios brasileiros já possuem acesso à internet⁵, consolidando o ambiente digital como elemento essencial da vida econômica e social contemporânea. Ao mesmo tempo, estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que a digitalização da economia está diretamente associada ao aumento da produtividade, à geração de empregos qualificados e à ampliação da competitividade dos territórios.

No Amapá, a transformação digital assume importância ainda maior diante da necessidade de ampliar a conectividade entre municípios, fortalecer a integração econômica regional e reduzir custos operacionais para empresas e cidadãos. Apesar dos avanços observados nos últimos anos, persistem desafios relacionados à cobertura de internet de alta velocidade em determinadas localidades, à digitalização de processos administrativos, à adoção de tecnologias por pequenos negócios e à formação de mão de obra qualificada para atuar na economia digital. A superação dessas limitações é fundamental para garantir que os benefícios da inovação alcancem todas as regiões do estado.

Além de modernizar a relação entre Estado e sociedade, a transformação digital constitui instrumento essencial para o fortalecimento do ambiente de negócios. A simplificação de procedimentos administrativos, a digitalização de licenças e alvarás, a automação de processos empresariais e a utilização de ferramentas digitais de gestão contribuem para reduzir burocracias, aumentar a eficiência econômica e melhorar a competitividade das empresas locais.

A inovação tecnológica também desempenha papel estratégico na diversificação da economia amapaense. O fortalecimento de ecossistemas de inovação, parques tecnológicos, centros de pesquisa aplicada e ambientes colaborativos de empreendedorismo favorece o desenvolvimento de soluções voltadas à bioeconomia, ao turismo, à logística, à gestão ambiental e às demais vocações econômicas do estado. Ao conectar conhecimento, tecnologia e setor produtivo, o Amapá amplia sua capacidade de gerar valor agregado, atrair investimentos e criar empregos de maior qualificação.

A centralidade deste eixo fundamenta-se na compreensão de que a transformação digital é um instrumento transversal de desenvolvimento, capaz de impactar positivamente todos os setores da economia e da administração pública. Investir em conectividade, inovação, inclusão digital e modernização tecnológica significa construir as bases para um estado mais eficiente, competitivo e preparado para os desafios da nova economia. Por essa razão, as propostas apresentadas neste eixo buscam fortalecer a infraestrutura digital, ampliar o acesso à internet, estimular a inovação empresarial, promover a inclusão tecnológica e consolidar uma cultura de transformação digital capaz de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Amapá.

Governo Digital

A transformação digital da administração pública representa uma importante oportunidade para ampliar a eficiência dos serviços governamentais, reduzir burocracias e melhorar a experiência dos cidadãos e das empresas no relacionamento com o poder público. A utilização de ferramentas digitais pode contribuir para maior transparência, previsibilidade e agilidade nos processos administrativos.

Nesse contexto, a integração dos serviços públicos em ambientes digitais constitui uma estratégia capaz de simplificar procedimentos, reduzir custos operacionais e fortalecer o ambiente de negócios no estado.

⁵ <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21581-informacoes-atualizadas-sobre-tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>

Propostas de políticas públicas:

Implantar um portal único de serviços públicos estaduais, reunindo em uma única plataforma digital procedimentos relacionados à emissão de licenças, alvarás, certidões e demais serviços de interesse de cidadãos e empresas;

Promover a integração dos órgãos da administração pública estadual, simplificando fluxos administrativos e reduzindo a necessidade de múltiplos acessos a sistemas distintos;

Estabelecer prazos máximos de resposta para os serviços disponibilizados na plataforma, ampliando a previsibilidade e a segurança para usuários e empreendedores;

Implementar sistema de notificações automáticas que permita o acompanhamento das solicitações em tempo real, informando etapas concluídas, pendências e prazos de análise;

Ampliar a digitalização dos processos administrativos, fortalecendo a eficiência da gestão pública e a qualidade dos serviços prestados à população e ao setor produtivo.

Conectividade e acesso à internet

O acesso à internet de qualidade tornou-se um elemento essencial para o desenvolvimento econômico, a prestação de serviços, a qualificação profissional e a competitividade das empresas. A ampliação da conectividade contribui para reduzir desigualdades territoriais, fortalecer atividades produtivas e ampliar oportunidades de geração de renda em diferentes regiões do estado.

Nesse contexto, a expansão da infraestrutura de telecomunicações representa um importante instrumento para promover a inclusão digital e apoiar o crescimento dos setores de comércio, serviços e turismo.

Propostas de políticas públicas:

Promover a expansão da internet banda larga para todos os municípios e distritos do estado, ampliando o acesso da população e das empresas aos serviços digitais;

Priorizar investimentos em conectividade nas áreas de maior concentração de atividades comerciais e turísticas, fortalecendo a competitividade dos empreendimentos locais e a experiência dos visitantes;

Estimular a ampliação da infraestrutura de telecomunicações necessária à oferta de serviços de internet com maior qualidade, estabilidade e cobertura;

Apoiar iniciativas voltadas à inclusão digital de empreendedores, trabalhadores e comunidades localizadas em regiões com menor acesso à conectividade;

Integrar as políticas de conectividade às estratégias estaduais de desenvolvimento econômico, turismo, qualificação profissional e transformação digital.

Parques tecnológicos e centros de inovação

A inovação tem papel cada vez mais relevante na competitividade das empresas e na modernização dos setores produtivos. A criação de ambientes voltados ao desenvolvimento tecnológico favorece a difusão de novas ferramentas, estimula a inovação aplicada e amplia o acesso a soluções capazes de aumentar a produtividade e a qualificação profissional.

Nesse contexto, a implantação de estruturas dedicadas à inovação pode contribuir para aproximar empresas, instituições de ensino, centros de pesquisa e profissionais em torno de iniciativas voltadas à transformação digital e ao desenvolvimento econômico.

Propostas de políticas públicas:

Promover a criação do Hub de Inovação do Comércio no Distrito Industrial, consolidando um ambiente voltado ao desenvolvimento tecnológico, à inovação empresarial e à qualificação profissional;

Estruturar espaços de cooperação entre empresas, instituições de ensino, centros de pesquisa e entidades de apoio ao desenvolvimento empresarial, estimulando a geração e aplicação de soluções inovadoras;

Implantar laboratórios de realidade virtual e realidade aumentada destinados ao treinamento e à capacitação de trabalhadores, ampliando o acesso a metodologias inovadoras de aprendizagem;

Incentivar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias aplicadas aos setores de comércio, serviços e turismo, fortalecendo a competitividade dos empreendimentos locais;

Integrar o Hub de Inovação às estratégias estaduais de transformação digital, qualificação profissional e desenvolvimento econômico.

Inclusão digital

A transformação digital exige não apenas acesso à tecnologia, mas também o desenvolvimento de competências que permitam sua utilização de forma eficiente no ambiente de trabalho e na gestão dos negócios. A ampliação da inclusão digital contribui para fortalecer a competitividade das empresas, melhorar a produtividade e ampliar as oportunidades de qualificação profissional.

Nesse contexto, iniciativas voltadas ao desenvolvimento de habilidades digitais representam importante instrumento para apoiar a modernização dos pequenos negócios e a adaptação dos trabalhadores às novas exigências do mercado.

Propostas de políticas públicas:

Instituir programa de letramento digital voltado a pequenos empresários e trabalhadores dos setores de comércio, serviços e turismo, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais para utilização de ferramentas tecnológicas;

Oferecer capacitações sobre uso de plataformas digitais, ferramentas de produtividade, gestão eletrônica de negócios e tecnologias aplicadas às atividades empresariais;

Promover ações de qualificação que contribuam para a adaptação dos trabalhadores às transformações tecnológicas e às novas demandas do mercado de trabalho;

Viabilizar a doação de equipamentos de informática aos participantes do programa, ampliando o acesso às ferramentas necessárias para aplicação prática dos conhecimentos adquiridos;

Integrar as ações de inclusão digital às políticas estaduais de qualificação profissional, empreendedorismo e transformação digital.

Incentivo à inovação do ambiente produtivo

A adoção de tecnologias de gestão e automação tornou-se um fator estratégico para aumentar a produtividade, melhorar a eficiência operacional e fortalecer a competitividade das empresas. Entretanto, muitos pequenos

negócios ainda enfrentam dificuldades para investir em ferramentas capazes de modernizar processos e ampliar sua presença nos mercados digitais.

Nesse contexto, o acesso a financiamento direcionado à transformação digital pode contribuir para acelerar a modernização empresarial e ampliar a capacidade de inovação dos empreendimentos locais.

Propostas de políticas públicas:

Instituir linha de crédito digital, com utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), destinada ao apoio à transformação tecnológica de micro e pequenas empresas;

Financiar a aquisição de sistemas de automação comercial, incluindo soluções de Ponto de Venda (PDV), sistemas de Gestão Empresarial (ERP) e plataformas de comércio eletrônico (e-commerce);

Estimular a digitalização dos processos empresariais, promovendo ganhos de produtividade, eficiência operacional e melhoria da gestão dos negócios;

Ampliar o acesso dos empreendedores a ferramentas tecnológicas capazes de fortalecer a competitividade das empresas e ampliar sua inserção nos mercados digitais;

Integrar as políticas de crédito às estratégias estaduais de inovação, empreendedorismo e transformação digital, incentivando a modernização do ambiente produtivo amapaense.



Eixo 5: Desenvolvimento regional e sustentabilidade

A descentralização econômica do Amapá depende obrigatoriamente da valorização econômica da biodiversidade e do turismo como indutores de emprego e renda no interior do estado.

A partir da regionalização do turismo, deve-se estruturar as Instâncias de Governança Regional para integrar os municípios das regiões turísticas oficiais, como o Meio do Mundo, Tumucumaque, e Cabo Orange, superando o isolamento de territórios com forte apelo ecológico. Esse reordenamento exige a estruturação de roteiros turísticos profissionais e o fortalecimento da identidade regional como ativo econômico, transformando as manifestações locais em selos de exclusividade de mercado.

O Amapá ocupa uma posição singular no cenário nacional ao reunir uma das maiores áreas preservadas do planeta e, simultaneamente, um enorme potencial para geração de riqueza sustentável. Mais de 70% do território estadual está protegido por unidades de conservação e terras indígenas, formando um dos mais relevantes patrimônios ambientais do mundo. Essa condição confere ao estado protagonismo estratégico nas agendas globais relacionadas às mudanças climáticas, à bioeconomia, à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, impõe o desafio de construir um modelo de crescimento econômico capaz de conciliar proteção ambiental, inclusão social e geração de oportunidades para a população.

A relevância ambiental do Amapá é reconhecida nacional e internacionalmente. O estado abriga importantes áreas protegidas, como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, maior parque de floresta tropical do planeta, o Parque Nacional do Cabo Orange e extensas áreas de florestas preservadas que contribuem diretamente para a regulação climática global. Segundo dados⁶ do IBGE e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Amapá figura entre os estados brasileiros com os menores índices históricos de desmatamento da Amazônia Legal, constituindo uma referência em conservação ambiental.

Entretanto, a preservação dos recursos naturais não elimina a necessidade de promover desenvolvimento econômico e reduzir desigualdades regionais. O estado ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura logística, saneamento básico, mobilidade urbana, integração territorial e acesso a oportunidades econômicas em diversos municípios do interior. Em muitas localidades, a distância dos grandes centros e as limitações estruturais dificultam a atração de investimentos, a geração de empregos e a oferta adequada de serviços públicos. Nesse contexto, torna-se fundamental adotar estratégias capazes de interiorizar o desenvolvimento e ampliar a inclusão produtiva em todas as regiões do estado.

A sustentabilidade, por sua vez, deve ser compreendida como um vetor de competitividade econômica. A crescente demanda global por produtos rastreáveis, cadeias produtivas sustentáveis e soluções associadas à economia verde cria oportunidades relevantes para o Amapá. Atividades ligadas à bioeconomia, ao turismo de natureza, à valorização da sociobiodiversidade, ao manejo florestal sustentável, à pesca responsável e à produção de bioinsumos possuem potencial para gerar empregos, atrair investimentos e inserir o estado em mercados de alto valor agregado. O fortalecimento dessas cadeias produtivas permite transformar a floresta preservada em um ativo econômico estratégico, ampliando a geração de renda sem comprometer o patrimônio ambiental.

A centralidade deste eixo fundamenta-se na compreensão de que o desenvolvimento regional equilibrado e a sustentabilidade constituem elementos inseparáveis para o futuro do Amapá. Investir em infraestrutura, mobilidade, logística, saneamento, turismo, gestão ambiental e valorização da biodiversidade significa criar condições para que os benefícios do crescimento econômico alcancem todas as regiões do estado, reduzindo desigualdades territoriais e fortalecendo a qualidade de vida da população. Ao mesmo tempo, consolida-se um modelo de desenvolvimento alinhado às vocações naturais do território e às tendências globais de sustentabilidade.

Por essa razão, as propostas apresentadas neste eixo buscam promover a integração regional, fortalecer o turismo, modernizar a infraestrutura logística e urbana, aprimorar a gestão ambiental e ampliar o aproveitamento econômico sustentável dos ativos naturais do estado. Trata-se de uma agenda voltada à construção de um Amapá mais conectado, competitivo e inclusivo, capaz de transformar suas riquezas naturais e culturais em oportunidades permanentes de desenvolvimento para as atuais e futuras gerações.

⁶ <https://ageamapa.portal.ap.gov.br/noticia/1311/amapa-lidera-ranking-nacional-com-taxa-zero-de-desmatamento-em-2024-aponta-inpe>

Regionalização do turismo

A regionalização do turismo é o mecanismo estratégico central para descentralizar o desenvolvimento econômico do Amapá, distribuindo a geração de emprego e renda para além do eixo metropolitano de Macapá e Santana. O estado possui uma das maiores coberturas de áreas protegidas e terras indígenas do país, abrigando o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Nacional do Cabo Orange. Estimular uma política de governança regionalizada permite estruturar e interligar rotas turísticas específicas nos municípios do interior.

Esse eixo fundamenta-se na estruturação da cadeia de valor do turismo como um poderoso motor de diversificação do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e de inclusão socioprodutiva de comunidades tradicionais. Ao incentivar a criação de circuitos regionais de ecoturismo, turismo de base comunitária, pesca esportiva e turismo histórico-cultural, o plano de governo impulsiona diretamente o setor de serviços, bares, restaurantes, hotelaria e artesanato.

Propostas de políticas públicas:

Criação do Polo Turístico Amazônia Equatorial (Macapá, Santana, Oiapoque, Calçoene e Laranjal do Jari);

Construção do Centro Internacional de Convenções da Amazônia, em Macapá/AP, destinado à promoção de grandes eventos turísticos e de negócios públicos e privados;

Estruturação e sinalização integrada de rotas turísticas regionais, fortalecendo a conexão entre os municípios contemplados pelo Polo Turístico Amazônia Equatorial;

Apoio à qualificação de empreendimentos dos setores de hospedagem, alimentação, transporte turístico e receptivo local, ampliando a capacidade de atendimento aos visitantes;

Desenvolvimento de estratégia permanente de promoção turística do Amapá em mercados nacionais e internacionais, valorizando os atrativos ligados ao ecoturismo, turismo de base comunitária, pesca esportiva e patrimônio histórico-cultural;

Fortalecimento da governança regional do turismo por meio da integração entre municípios, setor produtivo, comunidades locais e instituições de apoio, visando à coordenação das ações de planejamento e promoção dos destinos.

Promoção e divulgação de destinos

A promoção e a divulgação estratégica de destinos são fundamentais para inserir o Amapá no mapa do turismo nacional e internacional, transformando seu vasto patrimônio natural e cultural em um vetor de riqueza real. Embora o estado abrigue a maior área de conservação ambiental do planeta e atrativos únicos como o Monumento do Marco Zero do Equador, a Fortaleza de São José de Macapá e o fenômeno da Pororoca, esse potencial permanece subaproveitado devido à falta de projeção institucional do destino.

Priorizar o marketing turístico e a consolidação da marca “Amapá” nos grandes mercados emissores de viajantes é o primeiro passo para atrair fluxos contínuos de visitantes, gerando receitas que entram diretamente na economia local.

O isolamento geográfico histórico do estado resulta em passagens aéreas caras e baixa frequência de voos, o que sufoca o desenvolvimento local. Ao criar uma demanda turística robusta e previsível por meio de rodadas de negócios com operadoras, participação em feiras internacionais e presença digital agressiva, o governo estimula o aumento da concorrência entre as companhias aéreas e de navegação. Isso atrai novas rotas comerciais, reduz os custos logísticos e beneficia tanto o turista quanto o próprio cidadão e empresário amapaense.

Propostas de políticas públicas:

Criação da campanha Amapá: Terra do Meio do Mundo, com foco em ecoturismo, turismo de aventura e turismo de base comunitária;

Desenvolvimento da marca “Amapá” como estratégia permanente de posicionamento turístico e promoção dos atrativos naturais, culturais, históricos e gastronômicos do estado;

Ampliação da participação do Amapá em feiras nacionais e internacionais de turismo, rodadas de negócios e eventos de promoção de destinos, fortalecendo a inserção do estado nos principais mercados emissores de visitantes;

Realização de ações de promoção conjunta com operadoras de turismo, companhias aéreas, empresas de navegação e plataformas digitais de viagens, ampliando a visibilidade do destino Amapá;

Estruturação de estratégia de marketing digital e presença institucional em canais especializados de turismo, com produção de conteúdo voltado à divulgação dos atrativos do estado;

Promoção integrada dos principais destinos turísticos amapaenses, incluindo o Monumento do Marco Zero do Equador, a Fortaleza de São José de Macapá, a Pororoca e as unidades de conservação ambiental, fortalecendo a diversificação da oferta turística;

Apoio à realização de eventos culturais, esportivos, gastronômicos e de negócios que contribuam para ampliar o fluxo de visitantes ao longo de todo o ano.

Estruturação de roteiros turísticos

A estruturação de roteiros turísticos é capaz de transformar o potencial latente do Amapá em produtos comerciais prontos para o mercado, organizando a oferta de forma profissional e competitiva. O estado possui atrativos únicos, como a Linha do Equador, as riquezas arqueológicas de Calçoene e a imponência da Fortaleza de São José, mas que muitas vezes operam de forma isolada e sem conectividade logística.

Desenhar e homologar roteiros integrados significa ordenar a jornada do visitante, conectando de forma lógica os meios de hospedagem, o transporte, a gastronomia e os guias locais, garantindo que o turista permaneça mais tempo no estado e aumente o seu gasto médio diário.

Propostas de políticas públicas:

Criação do roteiro Fronteiras da Amazônia (Oiapoque ao Cabo Orange) e do roteiro Patrimônio Cultural (Fortaleza de São José, Marco Zero do Equador, Museu Sacaca e demais atrativos), utilizando como referência o formato do Portal Turismo no Amapá (Fecomércio-AP);

Apoiar a candidatura da Fortaleza de São José ao reconhecimento como Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), fortalecendo sua projeção nacional e internacional;

Estruturar a sinalização turística integrada dos roteiros, facilitando o deslocamento dos visitantes e a identificação dos principais atrativos;

Incentivar a integração entre meios de hospedagem, restaurantes, transportadoras turísticas, agências receptoras e guias locais, fortalecendo a cadeia de serviços associada aos roteiros turísticos;

Desenvolver materiais promocionais físicos e digitais dos roteiros, ampliando sua divulgação junto a operadoras de turismo, agências de viagem e plataformas especializadas;

Apoiar a qualificação de guias turísticos e empreendedores locais para atuação nos roteiros estruturados, fortalecendo a experiência do visitante e a geração de renda nas comunidades envolvidas;

Integrar os roteiros às estratégias estaduais de promoção turística e à campanha de divulgação da marca “Amapá”.

Fortalecimento da identidade regional como ativo econômico

Em um cenário global altamente competitivo, a autenticidade amapaense expressa no Marabaixo, na culinária baseada no tucupi e no gengibirra, no artesanato de argila e nas técnicas de manejo da bioeconomia, funciona como um selo de exclusividade. Valorizar e institucionalizar essa identidade cultural confere uma vantagem comercial única aos produtos e serviços do estado, permitindo que microempreendedores, cooperativas e comunidades tradicionais acessem mercados de alto poder aquisitivo que buscam valor imaterial, sustentabilidade e ancestralidade amazônica.

Por isso, o fortalecimento da identidade regional como ativo econômico é o mecanismo estratégico para transformar a cultura, a história e os saberes tradicionais do Amapá em pilares de geração de riqueza e diferenciação de mercado.

Propostas de políticas públicas:

Especificação da identidade turística dos municípios com base no artesanato, na gastronomia e nos serviços turísticos que valorizem a cultura local;

Incentivar a criação de roteiros temáticos associados às manifestações culturais, à culinária regional, ao artesanato e aos saberes tradicionais de cada município;

Apoiar a certificação e valorização de produtos e experiências vinculados à identidade cultural amapaense, fortalecendo sua diferenciação nos mercados turístico e consumidor;

Promover ações de capacitação para empreendedores dos setores de artesanato, gastronomia, turismo e economia criativa, ampliando a competitividade dos negócios locais;

Estimular a participação de produtores, artesãos, cozinheiros tradicionais e empreendedores culturais em feiras, eventos e ações de promoção turística do estado;

Integrar as estratégias de valorização do Marabaixo, da gastronomia regional, do artesanato e dos conhecimentos tradicionais às políticas de turismo, cultura e desenvolvimento econômico;

Incentivar a criação de espaços permanentes de comercialização e exposição de produtos ligados à identidade cultural amapaense, fortalecendo a geração de renda para comunidades e empreendedores locais.

Infraestrutura logística

O Amapá apresenta alto potencial logístico estratégico no Arco Norte, com forte crescimento portuário e relevância hidroviária, porém ainda limitado por baixa conectividade terrestre e gargalos estruturais históricos. Único estado ainda sem conexão rodoviária totalmente pavimentada à malha nacional.

A logística é fortemente dependente do modal hidroviário, que funciona como principal corredor de transporte de cargas e passageiros. Por possuir uma localização geográfica altamente estratégica, próxima aos grandes mercados globais e vizinho direto da União Europeia, o Amapá carece de um sistema de transporte robusto que conecte seus portos, rodovias e hidrovias.

Investir massivamente na modernização dessa infraestrutura é indispensável para reduzir o chamado “Custo Amazônico”, baratear o frete de mercadorias que abastecem o comércio local e dar competitividade internacional aos produtos da bioeconomia, do agronegócio e das indústrias instaladas na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Santana.

Propostas de políticas públicas:

Modernização do Porto de Santana, incluindo dragagem, ampliação dos berços de atracação e modernização da infraestrutura de armazenagem, visando aumentar a capacidade operacional e a competitividade logística do estado;

Reconstrução dos trapiches do Canal do Jandiá e do Perpétuo Socorro, fortalecendo a mobilidade de passageiros e o transporte hidroviário de cargas;

Priorizar a conclusão e manutenção dos principais corredores rodoviários estaduais e federais que conectam os municípios amapaenses aos portos e centros de distribuição;

Promover a integração logística entre os modais hidroviário, rodoviário e portuário, fortalecendo a posição estratégica do Amapá no Arco Norte brasileiro;

Estruturar áreas de apoio logístico e retroportuário no entorno do Porto de Santana, ampliando a capacidade de armazenamento, distribuição e agregação de valor às mercadorias;

Incentivar investimentos em infraestrutura voltada às cadeias produtivas da bioeconomia, do agronegócio, da pesca e das atividades industriais instaladas ou vinculadas à Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Santana;

Fortalecer a articulação institucional junto ao Governo Federal para viabilizar investimentos estratégicos em infraestrutura logística capazes de reduzir custos de transporte, ampliar a competitividade das empresas locais e facilitar o acesso aos mercados nacionais e internacionais.

Integração de modais de transporte

A consolidação do Amapá como o corredor logístico mais competitivo do extremo norte do Brasil, otimizará o escoamento de produtos para o mercado internacional. Ao conectar o transporte rodoviário diretamente aos terminais portuários de Santana e Macapá, o estado viabiliza a atratividade das Áreas de Livre Comércio e da nova ZPE de Santana.

Articular uma infraestrutura de transbordo multimodal que interligue de forma ágil as cargas fluviais, rodoviárias e aéreas nas principais rotas logísticas é a chave para reduzir o “Custo Amazônico”, baratear o preço dos alimentos e insumos para o comércio local e garantir o abastecimento contínuo de todas as regiões do estado.

Propostas de políticas públicas:

Criação de terminal hidroviário intermodal em Macapá e Santana, integrando os modais fluvial, rodoviário e aeroportuário e fortalecendo a eficiência logística do estado;

Estruturar áreas de transbordo e armazenagem de cargas que permitam maior agilidade na movimentação de mercadorias entre os diferentes modais de transporte;

Implantar sistemas digitais de gestão logística e rastreamento de cargas para aumentar a eficiência operacional e reduzir custos de transporte;

Promover a integração dos terminais intermodais com o Porto de Santana, com as Áreas de Livre Comércio (ALCMS) e com a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Santana, fortalecendo o ambiente de negócios e a competitividade regional;

Incentivar a instalação de operadores logísticos, centros de distribuição e serviços de apoio ao transporte nas áreas de influência dos terminais intermodais;

Fortalecer a conectividade logística entre os municípios do interior e os principais corredores de exportação, ampliando o acesso dos produtores locais aos mercados nacionais e internacionais;

Articular parcerias com a iniciativa privada para atração de investimentos destinados à modernização da infraestrutura de transporte e logística do estado.

Melhoria da mobilidade urbana

Priorizar a mobilidade urbana significa democratizar o acesso à cidade, pavimentar vias estruturantes, modernizar o transporte coletivo e requalificar calçadas e ciclovias, convertendo o espaço público em um indutor de bem-estar social e atratividade comercial.

No âmbito da infraestrutura sustentável e inovação logística e como forma de incentivar investimentos no Estado é preciso instituir uma estratégia estadual para a interiorização da rede de recarga de veículos elétricos e híbridos, conectando os principais eixos viários e polos de ecoturismo do estado.

Propostas de políticas públicas:

Demandar das prefeituras interioranas e dos empreendimentos turísticos a aquisição e instalação de equipamentos de recarga para veículos elétricos, mediante financiamento pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), possibilitando a cobrança de valores operacionais ou reduzidos como estratégia de atração de visitantes aos municípios do estado;

Ampliar os benefícios tributários destinados à aquisição e utilização de veículos elétricos e híbridos;

Instituir uma estratégia estadual de interiorização da infraestrutura de recarga elétrica, conectando os principais corredores rodoviários, destinos turísticos e centros urbanos do Amapá;

Priorizar a instalação de pontos de recarga em municípios com vocação turística, especialmente aqueles integrados aos roteiros de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de base comunitária;

Promover parcerias entre o poder público, concessionárias de energia, empreendimentos turísticos e iniciativa privada para expansão da rede de carregamento de veículos elétricos;

Apoiar projetos de modernização da mobilidade urbana que contemplem a requalificação de vias estruturantes, calçadas acessíveis, ciclovias e sistemas de transporte coletivo mais eficientes;

Integrar a política de mobilidade sustentável às estratégias estaduais de turismo, desenvolvimento regional e atração de investimentos.

Saneamento e infraestrutura urbana

A universalização do saneamento e a qualificação da infraestrutura urbana constituem a base estrutural obrigatória para erradicar as desigualdades socioeconômicas e viabilizar o crescimento do estado do Amapá.

Cidades que sofrem com a ausência de água tratada, falta de coleta de esgoto e alagamentos recorrentes enfrentam uma crise crônica de saúde pública que satura os hospitais e reduz a produtividade da mão de obra local.

Priorizar este eixo tem objetivo de reverter os históricos déficits urbanísticos amapaenses, transformando os municípios em ambientes salubres, seguros e dotados de infraestrutura básica capaz de atrair investimentos privados e convertendo o saneamento básico em um indutor de desenvolvimento socioeconômico.

Propostas de políticas públicas:

Acelerar a conclusão da coleta e do tratamento de esgoto em todos os municípios do estado, com impactos diretos na saúde pública, na qualidade de vida da população e na atratividade turística dos destinos amapaenses;

Priorizar investimentos em sistemas de abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto nos municípios com maiores déficits de cobertura;

Estruturar projetos de drenagem urbana e manejo de águas pluviais para reduzir alagamentos recorrentes e aumentar a resiliência da infraestrutura urbana;

Estimular a celebração de parcerias com o setor privado e organismos de financiamento para ampliar a capacidade de investimento em saneamento básico;

Integrar os investimentos em saneamento às estratégias de desenvolvimento urbano, turismo, saúde pública e preservação ambiental;

Apoiar os municípios na elaboração de projetos executivos e na captação de recursos federais destinados à universalização do saneamento básico;

Promover o monitoramento permanente dos indicadores de cobertura e qualidade dos serviços de saneamento, garantindo maior eficiência na execução das políticas públicas.

Aprimoramento da gestão de resíduos

A destinação inadequada do lixo contamina o solo, polui as bacias hidrográficas amazônicas e agrava os déficits de saúde pública, comprometendo diretamente a imagem do Amapá como destino de ecoturismo e bioeconomia. Priorizar a transição para um modelo sustentável de gestão de resíduos é fundamental para garantir o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, proteger os ecossistemas locais e transformar o passivo ambiental do lixo em um ativo gerador de empregos, renda e novos negócios.

O aprimoramento da gestão de resíduos sólidos é um imperativo de governança ambiental e urbana indispensável para modernizar as cidades amapaenses, erradicar lixões a céu aberto e inserir o estado na economia circular.

Propostas de políticas públicas:

Implantação de sistemas de coleta seletiva e fortalecimento de cooperativas de reciclagem em centros comerciais e feiras, incluindo a Feira do Produtor e o Mercado Central;

Apoiar a estruturação e modernização das cooperativas de catadores e recicladores, ampliando sua capacidade operacional e geração de renda;

Incentivar a instalação de pontos de entrega voluntária e centrais de triagem de resíduos recicláveis em áreas de grande circulação de pessoas e atividades econômicas;

Desenvolver programas de educação ambiental voltados a comerciantes, consumidores e feirantes, estimulando a separação adequada dos resíduos e a cultura da reciclagem;

Promover parcerias entre o poder público, setor produtivo e cooperativas para ampliar a destinação adequada de resíduos gerados pelas atividades comerciais e de serviços;

Estimular iniciativas de economia circular que permitam o reaproveitamento de materiais recicláveis e a criação de novos negócios vinculados à cadeia da reciclagem;

Apoiar a erradicação de lixões a céu aberto e a ampliação de soluções ambientalmente adequadas para tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

Valorização econômica da biodiversidade

O Amapá possui mais de 70 % de seu território protegido por unidades de conservação e terras indígenas e seu potencial econômico vai muito além do extrativismo tradicional. É preciso estruturar cadeias biotecnológicas integradas que convertam recursos genéticos, bioativos e produtos da sociobiodiversidade em insumos de alto valor.

Ao conectar o conhecimento tradicional de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas aos laboratórios de pesquisa locais e aos incentivos fiscais das Áreas de Livre Comércio, o governo estadual atrai fundos internacionais de investimento e indústrias de ponta interessadas em ativos rastreáveis.

A valorização econômica da biodiversidade é o motor estratégico para consolidar a transição do Amapá rumo a uma bioeconomia de alta complexidade, transformando a floresta em pé no maior ativo financeiro do estado.

Propostas de políticas públicas:

Criação do Centro de Bioinsumos e Óleos Essenciais da Amazônia, em Macapá, destinado ao desenvolvimento, processamento e comercialização de insumos voltados às indústrias cosmética, farmacêutica e de biotecnologia, com apoio de recursos do Fundo Amazônia e de mecanismos de cooperação internacional;

Incentivar a integração entre comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, instituições de pesquisa e setor produtivo para o desenvolvimento de cadeias de valor baseadas na sociobiodiversidade amazônica;

Apoiar pesquisas voltadas ao aproveitamento sustentável de bioativos, recursos genéticos e produtos florestais não madeireiros com potencial de aplicação industrial;

Estimular a atração de empresas dos setores de biotecnologia, cosméticos, fármacos e bioindústria para instalação de unidades produtivas e centros de pesquisa no estado;

Fortalecer mecanismos de rastreabilidade, certificação de origem e agregação de valor aos produtos da biodiversidade amapaense, ampliando sua competitividade em mercados nacionais e internacionais;

Promover o acesso de produtores, cooperativas e empreendimentos comunitários às cadeias de fornecimento da bioeconomia, ampliando oportunidades de geração de renda e inclusão produtiva;

Integrar as políticas de bioeconomia às estratégias estaduais de inovação, desenvolvimento regional, comércio exterior e atração de investimentos.

Segurança turística

A segurança turística é responsável para consolidar o Amapá como um destino confiável nas rotas do ecoturismo nacional e internacional, blindando a integridade dos visitantes e o patrimônio dos empreendimentos.

Priorizar políticas específicas de segurança para o turismo é o mecanismo mais eficaz para garantir que a circulação de pessoas cresça de forma ordenada e segura, protegendo a integridade de turistas nacionais e estrangeiros que desembarcam no estado e gerando um ambiente de estabilidade para toda a cadeia de serviços.

Propostas de políticas públicas:

Implantação de policiamento turístico especializado nos principais destinos e atrativos do estado, com atuação voltada ao atendimento, orientação e proteção de visitantes;

Implantação de centrais de monitoramento por câmeras em pontos turísticos estratégicos, integradas aos órgãos estaduais de segurança pública;

Reforço do policiamento preventivo em áreas de grande fluxo turístico, especialmente durante eventos culturais, festividades tradicionais e períodos de alta temporada;

Capacitação de agentes de segurança para atendimento ao turista, incluindo noções de idiomas, acolhimento e orientação turística;

Integração das ações de segurança turística com os setores de hotelaria, transporte, comércio e serviços, fortalecendo a prevenção e a rápida resposta a ocorrências;

Disponibilização de canais digitais para comunicação de ocorrências, orientações e informações de segurança voltadas a turistas nacionais e estrangeiros;

Inclusão dos principais corredores turísticos e equipamentos de visitação nos programas estaduais de videomonitoramento e inteligência preventiva.

Circuito internacional de ecoturismo e comércio Calha Norte – Guianas

O potencial turístico do Amapá representa um dos ativos econômicos mais estratégicos e sustentáveis, capaz de converter a conservação ambiental e a riqueza cultural em geração imediata de emprego, renda e divisas.

Transformar esse potencial latente em um produto de mercado estruturado permite diversificar o PIB estadual, reduzir a dependência do setor público e posicionar o Amapá como a principal vitrine de ecoturismo e bioeconomia da Calha Norte e do Platô das Guianas.

Para capitalizar essa riqueza de forma ordenada, o setor de comércio, serviços e turismo identifica regiões com forte potencial turístico inexplorado ou pouco explorado, que devem receber investimentos prioritários para a estruturação de um circuito integrado.

Regiões com potencial inexplorado ou pouco explorado:

Oiapoque e a Fronteira com a Guiana Francesa (Eixo Norte): representa o portal de entrada para o turismo internacional no estado. O potencial reside no turismo de compras transfronteiriço, no intercâmbio cultural euro-amazônico e no ecoturismo de base comunitária nas terras indígenas e no Parque Nacional do Cabo Orange, explorando o encontro do Rio Oiapoque com o Oceano Atlântico;

Ferreira Gomes (Eixo Central): polo consolidado para o turismo de veraneio local, mas ainda pouco explorado para o mercado nacional de alto padrão. Possui imenso potencial para o desenvolvimento da pesca esportiva sustentável no Rio Araguari, náutica de lazer, turismo de aventura e eventos gastronômicos estruturados;

Laranjal do Jari (Eixo Sul): fronteira ecológica e industrial de altíssimo valor para o turismo de contemplação e aventura. Abriga a monumental Cachoeira de Santo Antônio e a Reserva Extrativista do Rio Jari, cenários

ideais para o turismo de isolamento e ecoturismo internacional, ainda limitados pelo gargalo do acesso logístico.

Propostas de políticas públicas:

Roteirização e conectividade por meio da criação de um Passaporte Turístico Integrado, conectando o turismo histórico e gastronômico de Macapá, o turismo de natureza e pesca esportiva de Ferreira Gomes, a experiência transfronteiriça entre Oiapoque e Guiana Francesa e os atrativos ecológicos de Laranjal do Jari;

Criar e promover o Circuito Internacional de Ecoturismo e Comércio Calha Norte – Guianas em feiras internacionais de turismo na Europa (via Caiena e Paris) e nos principais mercados emissores do Brasil, consolidando as regiões participantes como um produto turístico integrado;

Estruturar centros de atendimento e informação turística nos municípios participantes do circuito, oferecendo suporte aos visitantes nacionais e estrangeiros;

Fortalecer a conectividade logística entre os destinos contemplados, priorizando melhorias em acessos rodoviários, sinalização turística, transporte regional e integração com aeroportos e terminais hidroviários;

Estimular parcerias com operadoras de turismo, companhias aéreas, empresas de navegação e agências receptivas para comercialização conjunta dos roteiros integrados;

Desenvolver materiais promocionais multilíngues (português, francês, inglês e espanhol), ampliando a inserção do circuito nos mercados internacionais e fortalecendo o intercâmbio com os países e territórios do Platô das Guianas;

Apoiar a qualificação de empreendedores, guias turísticos e trabalhadores dos setores de comércio, serviços e turismo localizados ao longo do circuito, ampliando a capacidade de atendimento ao visitante internacional;

Promover ações de integração econômica e turística com a Guiana Francesa e demais territórios da Calha Norte, fortalecendo o turismo, o comércio e os intercâmbios culturais transfronteiriços.



Eixo 6: Segurança pública e combate à ilegalidade

O Amapá enfrenta grandes desafios no campo da segurança pública, especialmente em razão do tráfico internacional de drogas e armas, da violência associada à atuação de facções criminosas e dos elevados índices de criminalidade. A condição geográfica do estado, marcada pela extensa fronteira com a Guiana Francesa, rotas fluviais complexas e proximidade com o Caribe, amplia a complexidade desse cenário, tornando a criminalidade transfronteiriça e marítima um dos principais desafios regionais, diante do fluxo de entorpecentes e armamentos que impacta diretamente a dinâmica local.

De acordo com o *Atlas da Violência*, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o estado registrou 363 homicídios em 2024⁷. Apesar de representar uma retração em relação ao pico histórico do ano anterior, o Amapá permanece em uma posição crítica, liderando o ranking nacional com uma taxa de 45,7 mortes por 100 mil habitantes, índice que representa mais que o dobro da média brasileira, estimada em 20,1.

A centralidade do tema fundamenta-se no princípio de que a paz social e a ordem pública são as pré-condições obrigatórias para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico do Amapá. A atuação de facções criminosas, o furto de cargas e o mercado de produtos contrabandeados funcionam como um imposto invisível que encarece o custo de vida, destrói a competitividade do comércio local e afugenta investimentos privados. Elevar a segurança e a legalidade ao status de prioridade estratégica de governo significa construir um ambiente institucional estável e confiável, no qual os cidadãos transitem com tranquilidade e os empresários operem sob o império da concorrência justa e da lei.

Por fim, o impacto direto deste eixo consolida-se na proteção da economia formal, na preservação dos empregos e na blindagem da arrecadação tributária estadual. Ao combater com rigor a pirataria e o contrabando por meio de fiscalizações periódicas e destinação célere de materiais apreendidos em feiras e portos, o governo protege o setor de comércio e serviços.

A asfixia do mercado ilegal restabelece a soberania estatal sobre as rotas logísticas e rodoviárias, convertendo a segurança pública em um ativo de atratividade comercial que posiciona o estado de forma segura frente ao mercado nacional e internacional.

Combate ao crime organizado

O enfrentamento enérgico ao crime organizado é fundamental para garantir a segurança jurídica, proteger o setor produtivo e restabelecer a paz social no Estado do Amapá.

Pela sua posição geográfica, o Amapá é cobiçado por redes criminosas transnacionais como rota de escoamento para o narcotráfico e contrabando em direção ao Caribe, Europa e América do Norte. Deixar de combater essas organizações enfraquece o controle sobre o Porto de Santana e as fronteiras fluviais. A repressão qualificada impede que a infraestrutura logística estadual seja capturada pela ilegalidade, preservando a reputação internacional do Amapá para o comércio exterior legítimo.

O crime organizado financia o mercado ilegal de mercadorias roubadas, falsificadas ou contrabandeadas, que concorrem de forma desleal com o comerciante regularizado. Esse processo destrói o comércio nos bairros, sufoca micro e pequenas empresas que pagam impostos e, conseqüentemente, extingue postos de trabalho formais.

Integrar o combate ao crime como prioridade na Agenda Estadual é indispensável para criar um ambiente de negócios confiável, capaz de atrair novos investimentos, blindar o mercado de trabalho e assegurar que as riquezas geradas no estado circulem de forma legal e segura.

Propostas de políticas públicas:

Criação de delegacia especializada em roubos ao comércio e furto de cargas, integrada ao Sistema de Rastreamento de Cargas e às bases de dados dos órgãos de segurança pública;

⁷ <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2026/05/26/amapa-lidera-homicidios-no-brasil-segundo-atlas-da-violencia.ghtml>

Implantação de protocolos de atuação integrada entre as forças estaduais, federais e órgãos de inteligência para enfrentamento das organizações criminosas que atuam nas rotas fluviais, rodoviárias e portuárias do estado;

Fortalecimento do monitoramento das áreas de influência do Porto de Santana e dos principais corredores logísticos utilizados para transporte de mercadorias;

Ampliação do uso de tecnologias de inteligência, videomonitoramento e análise de dados para prevenção e repressão qualificada aos crimes patrimoniais que afetam o setor produtivo;

Criação de canais permanentes de interlocução entre órgãos de segurança pública e entidades representativas do comércio, serviços e transporte de cargas, permitindo o compartilhamento de informações e a identificação de áreas prioritárias de atuação;

Desenvolvimento de programas de prevenção voltados à segurança de estabelecimentos comerciais, centros de distribuição e operações logísticas, reduzindo a incidência de furtos, roubos e receptação de mercadorias;

Intensificação das ações de combate ao mercado ilegal de produtos roubados, falsificados e contrabandeados, protegendo a concorrência leal e fortalecendo o comércio formal.

Inteligência em segurança pública

A importância da Central Integrada de Monitoramento e Reconhecimento Facial reside na criação de um escudo tecnológico que protege o maior motor econômico privado do estado: o comércio. Implementar essa tecnologia não é apenas uma medida de segurança, mas sim uma estratégia de preservação fiscal e proteção patrimonial.

O crime organizado drena a rentabilidade das empresas locais através de furtos recorrentes e sinistros logísticos. Ao automatizar a identificação de infratores com inteligência artificial, o Estado reduz o tempo de resposta policial e inviabiliza a atuação de quadrilhas nos principais centros de consumo do Amapá.

Em um estado com dinâmicas geográficas complexas, marcadas por extensas fronteiras fluidas, áreas fluviais isoladas e adensamentos urbanos sensíveis, o uso de forças policiais sem o suporte de dados torna-se ineficiente e oneroso. Proteger o setor de comércio, serviços e turismo significa garantir que a circulação de capital continue crescendo com segurança jurídica para empresários e cidadãos.

Propostas de políticas públicas:

Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento Comercial (SIMC) com financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP) e emenda parlamentar da Bancada Federal do Amapá;

Instalação de Central Integrada de Monitoramento com câmeras de reconhecimento facial nas áreas comerciais de Macapá, Santana e Oiapoque, fortalecendo a prevenção e a repressão qualificada aos crimes patrimoniais;

Integrar o sistema de monitoramento às bases de dados das forças de segurança pública, permitindo a identificação de indivíduos com mandados de prisão em aberto e envolvidos em organizações criminosas;

Priorizar a instalação de equipamentos em centros comerciais, áreas de grande circulação de pessoas, polos turísticos, terminais de transporte e corredores logísticos estratégicos;

Ampliar o uso de ferramentas de inteligência artificial e análise de dados para identificação de padrões criminais, monitoramento de áreas críticas e apoio à tomada de decisão das forças policiais;

Estruturar centros de comando e controle capazes de integrar informações provenientes de videomonitoramento, denúncias, sistemas de rastreamento e bancos de dados de segurança pública;

Promover a integração entre os sistemas estaduais de monitoramento e as ações das forças federais que atuam na proteção das fronteiras, dos portos e das rotas de transporte de mercadorias;

Fortalecer a cooperação institucional com entidades representativas do comércio, serviços e turismo para identificação de áreas prioritárias de monitoramento e prevenção de delitos.

Integração das forças de segurança

A integração das forças de segurança é o mecanismo estratégico indispensável para sepultar a atuação isolada das instituições e construir uma frente única, ágil e coordenada contra o crime organizado no Amapá. Em um estado que compartilha fronteiras internacionais, rotas fluviais extensas e divisas interestaduais, a falta de comunicação entre as polícias abre brechas que são rapidamente exploradas pelas facções criminosas.

Promover a integração sob a liderança das forças de segurança garante o compartilhamento em tempo real de dados de inteligência, otimiza o uso do efetivo humano e dos recursos tecnológicos, e potencializa o poder de asfixia financeira e operacional das quadrilhas que perturbam a ordem pública.

Propostas de políticas públicas:

Criação do Comitê Integrado de Segurança do Comércio (CISC), com participação da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, Guardas Municipais e entidades representativas do setor produtivo;

Estabelecimento de protocolo permanente de compartilhamento de informações estratégicas entre os órgãos integrantes do Comitê, fortalecendo a atuação coordenada contra organizações criminosas que impactam o comércio, os serviços e a logística;

Realização de reuniões periódicas para monitoramento dos indicadores de criminalidade, definição de áreas prioritárias e avaliação dos resultados das ações integradas;

Integração das informações produzidas pelo CISC aos sistemas estaduais de inteligência, videomonitoramento e rastreamento de cargas, ampliando a capacidade de prevenção e resposta das forças de segurança;

Elaboração de planos conjuntos de atuação para enfrentamento de roubos ao comércio, furtos de cargas, receptação, contrabando, descaminho e demais ilícitos que afetem a atividade econômica formal;

Fortalecimento da cooperação entre as forças estaduais e federais em áreas de fronteira, corredores logísticos, portos e rotas fluviais utilizadas por organizações criminosas;

Criação de canal permanente de interlocução entre o setor produtivo e os órgãos de segurança pública para identificação de demandas prioritárias e compartilhamento de informações relevantes à prevenção de crimes.

Combate à comercialização de produtos ilegais

O comércio ilegal gera uma concorrência desleal às empresas que pagam impostos e seguem as leis trabalhistas. Apenas no Brasil, o mercado ilegal causa prejuízos anuais estimados em centenas de bilhões de reais aos setores produtivos e aos cofres públicos. Isso impacta diretamente o desenvolvimento do País, limitando a capacidade do Estado de investir em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança.

O combate rigoroso à comercialização de produtos ilegais é a medida de proteção fiscal e jurídica mais urgente para estancar a concorrência desleal que sufoca o comércio formal e financia o crime organizado no Amapá.

A livre circulação de mercadorias contrabandeadas, falsificadas, pirateadas ou fruto de descaminho cria um mercado paralelo clandestino que evade impostos estaduais cruciais, destruindo a rentabilidade de micro e pequenos empresários regularizados.

Propostas de políticas públicas:

Realização de operações periódicas de combate à pirataria, ao contrabando, ao descaminho e à comercialização de produtos falsificados em feiras, portos e demais centros de comercialização, com a adequada destinação e destruição das mercadorias apreendidas;

Fortalecimento da atuação integrada entre forças de segurança, órgãos fazendários, Receita Federal, Vigilância Sanitária e entidades representativas do setor produtivo para identificação e repressão de mercados ilegais;

Criação de calendário permanente de ações de fiscalização em áreas com histórico de comercialização irregular de mercadorias;

Ampliação do monitoramento de rotas fluviais, portuárias e fronteiriças utilizadas para ingresso e circulação de produtos ilegais no estado;

Desenvolvimento de campanhas de conscientização voltadas aos consumidores sobre os impactos econômicos, tributários, sociais e de segurança pública decorrentes da aquisição de produtos ilícitos;

Fortalecimento dos mecanismos de inteligência e rastreabilidade para identificação das cadeias de distribuição de mercadorias contrabandeadas, pirateadas ou falsificadas;

Estabelecimento de canal permanente de cooperação entre o poder público e as entidades representativas do comércio para compartilhamento de informações e definição de estratégias de enfrentamento ao mercado ilegal.

Fortalecimento da segurança de fronteiras

O fortalecimento da segurança de fronteiras é o imperativo geopolítico mais crítico para resguardar a soberania do Amapá e neutralizar o crime transnacional que utiliza o extremo norte do país como rota logística para a ilegalidade. Compartilhando mais de 730 km de divisas com a Guiana Francesa (França), entre rios e florestas densas, além da proximidade com o Suriname e o Caribe, o estado atrai organizações criminosas focadas no tráfico internacional de drogas, contrabando de armas, biopirataria e evasão de minérios, como o ouro ilegal. Priorizar este tema na Agenda Legislativa e nos Planos de Governo é indispensável para evitar que as vulnerabilidades territoriais das fronteiras se convertam em violência urbana, roubo de cargas e instabilidade nos centros de consumo de Macapá e Santana.

Além do aspecto tático de combate à violência, a proteção das fronteiras é o principal catalisador para viabilizar as relações comerciais legítimas, o turismo e o desenvolvimento socioeconômico regional. A consolidação de infraestruturas como a Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque e a isenção recíproca de vistos para trânsito transfronteiriço exigem um ambiente de estrita legalidade, livre de rotas de tráfico humano ou surtos epidemiológicos oriundos de migrações clandestinas de garimpos. O investimento em inteligência de fronteira resguarda o comércio exterior, protege os investimentos privados e atrai recursos estruturantes federais, assegurando que o Amapá seja reconhecido globalmente não como um corredor de ilícitos, mas, sim, como o mais seguro hub logístico e comercial da Calha Norte do Brasil.

Propostas de políticas públicas:

Integração e ampliação da atuação conjunta entre forças de segurança estaduais e federais para monitoramento das áreas de fronteira, com uso de inteligência, tecnologia e operações permanentes de combate ao tráfico de drogas, armas e demais ilícitos transnacionais;

Fortalecimento das ações de inteligência de fronteira por meio do compartilhamento de informações entre órgãos estaduais, federais e instituições internacionais que atuam na região;

Ampliação do monitoramento terrestre, fluvial e aéreo em áreas estratégicas da fronteira, com utilização de sistemas de videomonitoramento, georreferenciamento e tecnologias de vigilância remota;

Reforço da presença operacional das forças de segurança em municípios fronteiriços, especialmente em Oiapoque e nas principais rotas utilizadas para circulação de mercadorias e pessoas;

Integração das ações de segurança de fronteira às estratégias de proteção do Porto de Santana, dos corredores logísticos e das rotas de comércio exterior do estado;

Fortalecimento da cooperação institucional com autoridades da Guiana Francesa e demais países da região para enfrentamento de crimes transnacionais e compartilhamento de informações de interesse comum;

Desenvolvimento de ações permanentes de combate à biopirataria, ao garimpo ilegal, ao tráfico de pessoas, ao contrabando e aos demais crimes que impactam a segurança, a economia e o patrimônio ambiental do Amapá.



Eixo 7: Comércio exterior

O posicionamento estratégico do comércio exterior como eixo estruturante é a chave para o Amapá romper o isolamento econômico e consolidar-se como a principal porta de entrada e saída de mercadorias no extremo norte do Brasil. Por possuir uma localização geográfica privilegiada, próxima aos principais mercados consumidores do hemisfério norte e vizinho direto da União Europeia via Guiana Francesa, o estado detém um potencial geopolítico subaproveitado. Eleger o comércio internacional como prioridade de governo significa transformar essa vantagem geográfica em riqueza real, atraindo investimentos robustos em infraestrutura de transporte e logística multimodal.

O objetivo desse eixo fundamenta-se na urgente necessidade de transição da matriz econômica estadual, migrando de um modelo dependente do setor público e do extrativismo primário para uma economia industrializada e dinâmica. Ao abrir canais comerciais internacionais e desonerar as cadeias produtivas, estimula-se a instalação de indústrias voltadas à bioeconomia e ao processamento de recursos locais.

Esse movimento de verticalização garante que o valor agregado e o lucro das operações permaneçam no Amapá, expandindo significativamente a base de arrecadação do ICMS e fortalecendo as finanças públicas sem a necessidade de elevação de alíquotas tributárias.

Por fim, o fortalecimento do comércio internacional é o instrumento mais eficaz para otimizar os regimes fiscais existentes no estado, como as Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Integrar essas zonas francas a novos acordos de livre comércio regionais e globais amplia o poder de atratividade para operadores logísticos do mundo inteiro.

Dessa forma, a agenda de comércio exterior não apenas protege as vocações tradicionais do Amapá, mas projeta o estado em direção à modernidade econômica, aliando sustentabilidade amazônica com competitividade global no mercado internacional.

Ampliação de acordos de livre comércio

O Amapá possui a única fronteira terrestre contígua entre o Brasil e o continente europeu por meio da Guiana Francesa. A consolidação de acordos como o tratado entre Mercosul e União Europeia transforma essa proximidade física em uma vantagem comercial real. Isso permite que produtos com identidade amazônica acessem diretamente um mercado consumidor de alto poder aquisitivo sem depender exclusivamente dos canais de escoamento tradicionais do Centro-Sul do País.

A abertura de novos mercados internacionais potencializa o uso das Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, atraindo indústrias interessadas em benefícios fiscais de importação e exportação de insumos. Esse fluxo comercial reduz a dependência de repasses públicos estaduais e cria um ambiente favorável ao surgimento de empresas prestadoras de serviços aduaneiros, centros de distribuição e escritórios de assessoria internacional.

Propostas de políticas públicas:

Defesa da implementação do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia e apoio à ampliação dos mecanismos de integração econômica entre a Amazônia, o Caribe e o Platô das Guianas;

Apoio à ampliação do limite da cota de bagagem acompanhada para fortalecer as relações comerciais e o intercâmbio econômico na fronteira entre Oiapoque e Guiana Francesa;

Fortalecimento da atuação institucional junto ao Governo Federal para ampliar a inserção do Amapá nas negociações e iniciativas de integração regional e internacional;

Promoção de missões empresariais, rodadas de negócios e encontros bilaterais voltados à aproximação entre empresas amapaenses e potenciais parceiros comerciais da Guiana Francesa, Caribe e União Europeia;

Apoio à internacionalização de micro, pequenas e médias empresas por meio de programas de capacitação em comércio exterior, certificações e acesso a mercados internacionais;

Estímulo à utilização das Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana como plataformas estratégicas para importação, exportação e distribuição de mercadorias destinadas aos mercados internacionais;

Fortalecimento das ações de promoção comercial voltadas aos produtos da bioeconomia, do agronegócio, da pesca, do artesanato e das demais cadeias produtivas com potencial exportador.

Fomento às exportações de alto valor agregado

A ampliação do debate sobre o fomento às exportações de alto valor agregado fundamenta-se na necessidade urgente de transformação estrutural da economia amapaense. Esse fomento é prioritário para superação do modelo primário-exportador no Amapá, garantindo a retenção da riqueza no estado por meio da industrialização local.

Ao transformar commodities em produtos acabados, a economia amapaense verticaliza suas cadeias produtivas, gera empregos qualificados e amplia significativamente a arrecadação tributária.

Propostas de políticas públicas:

Criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Santana para beneficiamento de açaí, pescado e madeira certificada, com utilização dos instrumentos de incentivo e desenvolvimento regional disponibilizados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam);

Estimular a instalação de agroindústrias, bioindústrias e empreendimentos de transformação vinculados às cadeias produtivas do açaí, pescado, madeira certificada e demais produtos da sociobiodiversidade amapaense;

Apoiar a agregação de valor aos produtos exportáveis por meio de certificações de origem, rastreabilidade, sustentabilidade e adequação aos padrões exigidos pelos mercados internacionais;

Fortalecer programas de capacitação empresarial voltados à exportação, inteligência comercial, adequação regulatória e acesso a mercados externos;

Promover a atração de investimentos nacionais e internacionais para instalação de unidades de processamento, embalagem, armazenamento e distribuição voltadas ao mercado externo;

Estimular a integração entre instituições de pesquisa, universidades, setor produtivo e poder público para o desenvolvimento de novos produtos de maior valor agregado destinados à exportação;

Fortalecer a infraestrutura logística e aduaneira necessária ao escoamento de produtos industrializados, ampliando a competitividade do Amapá nos mercados internacionais.

Exportações de serviços

A estruturação de uma política para a exportação de serviços é a chave para diversificar a matriz econômica do Amapá, capitalizando sua riqueza ambiental e posição transfronteiriça estratégica.

Ao desonerar o setor de tecnologia, o estado atrai startups focadas em bioeconomia; ao desonerar a consultoria ambiental, transforma o conhecimento científico local sobre a Amazônia em um ativo exportável de alto valor. Complementarmente, o estímulo fiscal ao turismo receptivo estruturará rotas ecológicas e étnicas integradas à Guiana Francesa, atraindo moeda estrangeira.

Essa estratégia reduz a dependência de bens físicos, supera as barreiras logísticas tradicionais da região e insere o Amapá na economia global do conhecimento e da sustentabilidade.

Propostas de políticas públicas:

Estímulo à exportação de serviços de tecnologia, turismo receptivo e consultoria ambiental, mediante instrumentos de desoneração fiscal e incentivos voltados à internacionalização das empresas amapaenses;

Apoiar a criação e expansão de empresas de base tecnológica voltadas à bioeconomia, monitoramento ambiental, geotecnologias e soluções digitais aplicadas aos desafios amazônicos;

Incentivar a internacionalização de empresas prestadoras de serviços por meio de programas de qualificação, certificação, participação em feiras internacionais e rodadas de negócios;

Fortalecer a oferta de serviços especializados em consultoria ambiental, sustentabilidade, gestão de áreas protegidas e desenvolvimento de projetos voltados à economia verde;

Estruturar ações de promoção internacional do turismo receptivo, com foco no ecoturismo, turismo de base comunitária, turismo científico e experiências integradas com a Guiana Francesa e os territórios do Platô das Guianas;

Estimular parcerias entre universidades, centros de pesquisa, setor produtivo e instituições internacionais para desenvolvimento de serviços intensivos em conhecimento voltados aos mercados externos;

Apoiar a formação de profissionais especializados em idiomas, tecnologia, sustentabilidade e comércio internacional, ampliando a competitividade dos serviços exportáveis produzidos no estado.

Marco regulatório do comércio exterior

A modernização do marco regulatório do comércio exterior no Amapá é indispensável para garantir a segurança jurídica e a atratividade econômica do Estado no cenário global. Este projeto propõe a revisão profunda do regulamento do ICMS para simplificar regimes especiais de importação e exportação, além da criação de incentivos específicos para retroáreas portuárias e entrepostos aduaneiros.

Ao unificar essas regras e integrá-las de forma harmônica aos incentivos da Zona Franca de Manaus, esta medida simplificará os processos de internamento e circulação de mercadorias nacionais e importadas.

Para o Amapá, esse alinhamento normativo reduz o custo operacional de importação de insumos e exportação de produtos da nossa sociobiodiversidade. Com isso, o Estado ganha a agilidade logística necessária para atrair novos investimentos privados, fortalecer o comércio local e consolidar sua posição estratégica como um *hub* aduaneiro dinâmico na Amazônia Legal.

Propostas de políticas públicas:

Consolidação da legislação aduaneira em instrumento normativo unificado, com simplificação dos regimes especiais aplicáveis à Zona Franca de Manaus, às Áreas de Livre Comércio e aos empreendimentos voltados à importação e exportação;

Revisão e modernização dos procedimentos estaduais relacionados ao ICMS incidente sobre operações de comércio exterior, buscando maior segurança jurídica, previsibilidade e eficiência operacional;

Criação de canal permanente de diálogo entre Governo do Estado, setor produtivo, operadores logísticos e órgãos de controle para aperfeiçoamento contínuo do ambiente regulatório;

Digitalização e simplificação dos processos de concessão, renovação e acompanhamento de regimes especiais vinculados às operações de comércio exterior;

Estímulo à implantação de retroáreas portuárias, centros logísticos e entrepostos aduaneiros capazes de ampliar a capacidade operacional dos portos e corredores de exportação do estado;

Fortalecimento da integração entre os sistemas estaduais e federais relacionados ao comércio exterior, reduzindo burocracias e ampliando a eficiência dos fluxos de importação e exportação;

Promoção de ações de orientação e capacitação para empresas interessadas em acessar os instrumentos de incentivo existentes, ampliando o aproveitamento dos benefícios disponíveis.

A simplificação da fiscalização aduaneira no Amapá é urgente para converter a sua posição geográfica estratégica em vantagem competitiva real. O Estado possui o status de Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e proximidade com as Guianas e o Caribe, mas enfrenta gargalos burocráticos que encarecem e atrasam o fluxo de mercadorias.

Para mitigar o “Custo Amapá”, este projeto prioritário propõe a modernização dos postos de controle e a unificação digital de procedimentos entre a Receita Federal, Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e órgãos estaduais. A desburocratização dos despachos aduaneiros e a implementação de canais verdes para empresas certificadas vão acelerar o escoamento portuário e rodoviário. Isso reduzirá expressivamente os custos logísticos locais, atrairá novos investimentos e consolidará o Amapá como um *hub* de comércio exterior dinâmico na Amazônia Legal.

Propostas de políticas públicas:

Implantação do desembarço aduaneiro 24 horas no Porto de Santana e na Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque, com utilização de tecnologias digitais para agilizar os processos de controle e liberação de mercadorias;

Integração dos sistemas e procedimentos entre Receita Federal, Suframa, órgãos estaduais e demais instituições intervenientes nas operações de comércio exterior;

Ampliação da digitalização dos processos aduaneiros, reduzindo etapas presenciais e simplificando o fluxo documental para importadores e exportadores;

Implementação de mecanismos de gestão de risco e canais diferenciados para operadores com histórico de conformidade, permitindo maior agilidade nas operações regulares;

Modernização dos postos de controle aduaneiro e das estruturas de fiscalização localizadas nos principais corredores logísticos do estado;

Fortalecimento da infraestrutura tecnológica voltada ao monitoramento, rastreamento e processamento eletrônico das operações de importação e exportação;

Criação de agenda permanente de diálogo entre poder público, operadores logísticos, despachantes aduaneiros e entidades representativas do setor produtivo para identificação e superação de gargalos operacionais.



Governança e viabilidade

Financiamento estratégico das propostas

A efetividade de uma agenda de desenvolvimento não depende apenas da qualidade de suas propostas, mas também da capacidade de transformá-las em projetos viáveis, dotados de financiamento adequado e mecanismos eficientes de implementação. Nesse contexto, o acesso a instrumentos financeiros, fundos de desenvolvimento e mecanismos de garantia constitui elemento indispensável para converter prioridades estratégicas em resultados concretos para a população e para o setor produtivo.

O Amapá reúne condições singulares para acessar uma ampla rede de instrumentos de financiamento voltados à promoção do desenvolvimento regional, à modernização da infraestrutura, ao fortalecimento da atividade empresarial, à geração de emprego e renda, à conservação ambiental e à valorização da bioeconomia. Muitos desses mecanismos já estão disponíveis por meio de instituições federais, organismos multilaterais e programas de desenvolvimento regional, porém ainda apresentam elevado potencial de utilização em favor das prioridades econômicas e sociais do estado.

A construção de uma estratégia coordenada de financiamento torna-se ainda mais relevante diante dos desafios estruturais enfrentados pelo Amapá. Questões relacionadas à infraestrutura logística, qualificação profissional, modernização tecnológica, fortalecimento da segurança pública, interiorização do desenvolvimento e valorização da biodiversidade exigem investimentos de médio e longo prazo, capazes de mobilizar recursos públicos, privados e internacionais de forma complementar e articulada.

Nesse sentido, a presente Agenda propõe o direcionamento estratégico de fundos constitucionais, instrumentos de desenvolvimento regional, mecanismos de garantia de crédito, incentivos fiscais e fontes internacionais de financiamento para apoiar a execução das ações apresentadas ao longo dos sete eixos temáticos. O objetivo é ampliar a capacidade de investimento do estado, estimular a participação da iniciativa privada e assegurar que projetos estruturantes disponham dos recursos necessários para sua implementação.

Mais do que identificar fontes de recursos, este capítulo busca fortalecer a governança do desenvolvimento regional, promovendo maior integração entre governo, setor produtivo, instituições financeiras e organismos de fomento. A articulação desses instrumentos permitirá ampliar a competitividade do Amapá, reduzir desigualdades regionais, impulsionar a geração de emprego e renda e consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável alinhado às vocações econômicas e ambientais do estado.

Para tanto, recomenda-se a avaliação de eventuais aperfeiçoamentos legislativos, regulatórios e procedimentais que possam facilitar o acesso aos recursos disponíveis, ampliar a eficiência de sua aplicação e fortalecer a capacidade de execução dos projetos prioritários identificados nesta Agenda.

Instrumentos estratégicos de financiamento e implementação

1. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição da República Federativa do Brasil

Lei n.º 7.827/1989.

Gestor: Banco da Amazônia (Basa).

Foco: Financiamento de atividades produtivas privadas, com condições diferenciadas para empreendimentos dos setores de comércio, serviços, turismo, agropecuária, indústria, inovação e infraestrutura econômica.

Aplicação sugerida:

Linha FNO Comércio para capital de giro, modernização tecnológica, aquisição de equipamentos e expansão de micro e pequenas empresas;

Financiamento do Programa Credita Mulher Amapá;

Apoio à implantação de sistemas de automação comercial, comércio eletrônico e transformação digital;

Apoio ao turismo de negócios, hotelaria, gastronomia e serviços turísticos;

Financiamento de infraestrutura de recarga para veículos elétricos nos municípios e polos turísticos.

2. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Medida Provisória n.º 2.157-5, de 24 de agosto de 2001.

Decreto n.º 10.053, de 9 de outubro de 2019.

Lei Complementar n.º 231, de 16 de junho de 2026.

Gestor: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Foco: Financiamento de projetos estruturantes voltados ao desenvolvimento regional, infraestrutura econômica e expansão da capacidade produtiva.

Aplicação sugerida:

Dragagem e modernização do Porto de Santana;

Construção do Centro Internacional de Convenções da Amazônia;

Implantação de parques tecnológicos e hubs de inovação;

Integração hidroviária e multimodal;

Projetos de regularização fundiária e fortalecimento da agroindústria regional.

3. Fundo Amazônia

Decreto n.º 6.527/2008.

Gestor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Foco: Apoio não reembolsável a projetos de prevenção ao desmatamento, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Aplicação sugerida:

Implantação do Centro de Bioinsumos e Óleos Essenciais da Amazônia;

Manejo sustentável de açaí, castanha e produtos da sociobiodiversidade;

Turismo de base comunitária;

Recuperação de áreas degradadas;

Programas de monitoramento ambiental e conservação florestal.

4. Fundo Brasil–ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

O Fundo está respaldado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Acordo de Paris), nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Gestor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Organização das Nações Unidas (ONU).

Foco: Promoção da sociobioeconomia e fortalecimento das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e comunidades tradicionais.

Aplicação sugerida:

Apoio a cooperativas da agricultura familiar;

Estruturação da futura Ceasa estadual;

Fortalecimento da cadeia produtiva do cacau do Cassiporé, comunidade localizada no município de Oiapoque;

Desenvolvimento da pesca artesanal;

Capacitação de jovens em empreendedorismo sustentável e economia verde.

5. Incentivos Fiscais da Sudam

Decreto n.º 4.212/2002.

Gestor: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Foco: Redução e reinvestimento do Imposto de Renda para empreendimentos considerados prioritários ao desenvolvimento regional.

Aplicação sugerida:

Atração de agroindústrias e indústrias de beneficiamento de açaí, pescado e madeira certificada;

Expansão do Distrito Industrial de Macapá-Santana;

Implantação de data centers e empreendimentos tecnológicos;

Desenvolvimento de equipamentos turísticos estruturantes;

Incentivo à industrialização da produção regional.

6. Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE)

Lei n.º 13.999/2020.

Gestor: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Foco: Ampliação do acesso ao crédito por meio da oferta de garantias complementares para micro e pequenas empresas.

Aplicação sugerida:

- Apoio financeiro a MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte;*
- Fortalecimento de empreendedores locais;*
- Apoio a startups e negócios inovadores;*
- Ampliação do acesso ao crédito para agroindústrias e pequenos empreendimentos turísticos;*
- Incentivo à formalização empresarial.*

7. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Art. 239 da Constituição Federal de 1988.

Lei n.º 7.998/1990.

Gestor: CODEFAT/Ministério do Trabalho e Emprego.

Foco: Financiamento de programas de qualificação profissional, geração de emprego e apoio ao desenvolvimento econômico.

Aplicação sugerida:

- Fortalecimento da educação profissional e tecnológica;*
- Apoio ao programa Jovem Aprendiz do Comércio;*
- Financiamento da plataforma Comércio Capacita;*
- Formação em idiomas voltada ao turismo e ao comércio exterior;*
- Programas de inclusão produtiva para trabalhadores acima de 40 anos e públicos vulneráveis.*

8. Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE)

Lei n.º 12.712/2012.

Lei n.º 14.227/2021.

Gestor: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)/Ministério da Fazenda.

Foco: Mitigação de riscos e oferta de garantias para projetos de infraestrutura e parcerias público-privadas.

Aplicação sugerida:

Estruturação de PPPs para ampliação do Porto de Santana;

Construção do Centro Internacional de Convenções da Amazônia;

Implantação de centros logísticos, terminais intermodais e armazéns estratégicos;

Apoio à rede de armazenagem vinculada à futura CEASA estadual;

Garantias para projetos estruturantes de infraestrutura econômica.

9. Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)

Lei n.º 13.756/2018.

Decreto n.º 9.609/2018.

Gestor: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Foco: Financiamento de projetos voltados ao fortalecimento da segurança pública e prevenção à violência.

Aplicação sugerida:

Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento Comercial (SIMC);

Instalação de centrais de monitoramento e reconhecimento facial em Macapá, Santana e Oiapoque;

Apoio à segurança turística em áreas de grande circulação de visitantes;

Modernização tecnológica das forças de segurança;

Fortalecimento do combate ao crime organizado e da segurança de fronteiras.

 · Fecomércio  AP · Sindicatos Empresariais · Sesc  · Senac 

Sistema Comércio

